

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Alan Bronz**

**Terapia de casal e violência:**

**Reflexões teórico-técnicas**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro  
Março de 2010



**Alan Bronz**

**Terapia de casal e violência:  
reflexões teórico-técnicas**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profª Terezinha Féres-Carneiro**

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

**Profª Andrea Seixas Magalhães**

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

**Profª Miriam Felzenszwalb**

Instituto Mosaico/RJ

**Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade**

Coordenador Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de Março de 2010

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Alan Bronz**

Graduou-se em Psicologia pela PUC-Rio em 1996. Concomitante a atuação como psicoterapeuta envolveu-se sistematicamente com políticas, programas e projetos voltados para a população através do terceiro setor e do governo. Neste campo contribuiu para o desenvolvimento de importantes ações voltadas para a prevenção da violência doméstica.

### Ficha Catalográfica

Bronz, Alan

Terapia de casal e violência: reflexões teórico-técnicas / Alan Bronz ; orientador: Terezinha Féres-Carneiro. – 2010.

65 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2010.

CDD: 150

Dedico este trabalho à memória de minha avó, a Oma, cuja vida serve de exemplo para todos. Refugiada de guerra, vítima das mais inomináveis violências, ergueu-se das cinzas para construir uma vida dedicada à família e repleta de carinho.

## Agradecimentos

À Professora Terezinha, minha prezada orientadora, cuja paciência e dedicação tornaram possíveis a realização deste trabalho.

À PUC-Rio, pelo auxílio concedido, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos meus pais, que me deram o que eu precisava para chegar até aqui.

Aos meus irmãos, grandes companheiros!

Aos meus sobrinhos Tomé e Ian, cuja existência me recorda o milagre da vida.

À minha companheira, Cileide Neves, meu ponto de virada e minha mola propulsora.

À Maria Beatriz Breves Ramos, cuja intervenção impediu a queda diante do abismo que me causa vertigens.

Aos terapeutas, que prontamente se dispuseram a compartilhar a sua valiosa experiência. Sem eles este trabalho não teria existido.

À Marcelina, minha “consultora para assuntos acadêmicos”, cujas orientações foram essenciais para o cumprimento de mais esta missão.

Aos meus professores e colegas de profissão, co-autores de meu percurso profissional e, por conseguinte, co-autores deste trabalho.

## Resumo

Bronz, Alan; Carneiro, Terezinha-Fères. **Terapia de casal e violência: reflexões teórico-técnicas**. Rio de Janeiro. 65 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Este trabalho teve como objetivo avaliar o papel da terapia de casal no tratamento e na prevenção da violência quando ela ocorre de forma recorrente no casal. Para tanto foram entrevistados quatro psicólogos, terapeutas de família e casal, que realizaram a especialização nesta área em instituições de formação da cidade do Rio de Janeiro. Das entrevistas emergiram cinco categorias de análise: Compreensão sobre a dinâmica da violência; Fatores associados à emergência da violência; A questão do enquadre terapêutico; O problema da identificação dos diversos tipos de violência; Recursos disponíveis disponíveis para o trabalho com violência. Os profissionais entrevistados romperam com uma concepção disjuntiva e reducionista da violência, que procura identificar os agressores e as vítimas, para em seguida responsabilizar os primeiros por seus atos violentos. Como alternativa a essa concepção, os terapeutas se apropriaram da perspectiva sistêmica para compreender a dinâmica da violência no casal. Sob a influência dessa perspectiva o foco recai sobre as relações cujas interações possibilitam a manutenção da violência. Os processos anestésicos que reduzem a sensibilidade à violência e que se encontram presentes nas famílias onde ocorrem abusos de toda ordem, a escolha do enquadre terapêutico e os procedimentos para se identificar os diferentes tipos de violência foram outros temas que se mostraram relevantes para o tratamento de casais em situação de violência. A análise das entrevistas demonstrou que a terapia de casal, pelo menos sob a ótica dos profissionais entrevistados, demonstra ser um importante recurso para lidar com a problemática em questão.

## Palavras-chave

Violência; casal; terapia de casal.

## Abstract

Bronz, Alan; Carneiro, Terezinha-Fères (Advisor). **Couples' therapy and violence: theoretical and technical reflections**. Rio de Janeiro. 65 p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work has the goal to evaluate the role of couples' therapy in the treatment and prevention of recurrent violence among couples. Four psychologists - family and couples' therapists - who had specialized in this area in educational institutions in Rio de Janeiro were interviewed. Five analytical categories emerged from the interviews: Understanding violence dynamics; Factors associated to the emergence of violence; The question of therapeutic framing; The problem of identifying various kinds of violence; Available resources to work with violence. The interviewed professionals deconstructed a disjunctive and reductionist conception of violence, which aims to identify perpetrators and victims to hold the latter responsible for their violent acts. As an alternative to this conception, therapists had appropriated a systemic perspective to understand the dynamics of violence among couples. From this perspective the focus is on the relationships marked by interactions that elicit the maintenance of violence. The anesthetic processes that diminish the sensitivity to violence and that are present in families where different forms of abuse take place, the choice for the therapeutic framing and the procedures to identify the different forms of violence were other themes that turned out relevant in treating couples in violent situations. The analysis of interviews showed that couples' therapy, at least from the perspective of the interviewed professionals, is an important resource to deal with the problem in question.

## Keywords

Violence; couple; couple`s therapy.

## Sumário

1. Introdução	10
2. Violência, gênero e terapia de casal	13
2.1. Origem e definição de violência	13
2.2. Violência no casal	17
2.3. Terapia de casal e violência	25
3. Método	34
3.1. Participantes	34
3.2. Instrumentos	35
3.3. Procedimentos	36
4. Análise e discussão dos resultados	37
4.1. Compreensão sobre a dinâmica da violência	37
4.2. Fatores associados a emergência da violência	40
4.3. A questão do enquadre terapêutico	43
4.4. O problema de identificação dos diversos tipos de violência	45
4.5. Recursos disponíveis para o trabalho com a violência	48
5. Considerações Finais	58
6. Referências Bibliográficas	61

Quando se está envolvido em um conflito a única salvação está numa lúcida e firme prudência, disposta a buscar conciliação indo ao encontro do oponente a meio caminho. Conduzir a luta até seu amargo fim é nefasto mesmo quando se tem razão, porque através dessa atitude se perpetua a inimizade. É importante ir ver o grande homem, isto é, um homem imparcial cuja autoridade seja suficiente para solucionar o conflito pacificamente ou garantir uma decisão justa.

## Introdução

Vivemos em um mundo repleto de exemplos de violência. O que, nos distancia cada vez mais do ideal de se viver em uma sociedade pacífica e harmoniosa. Crimes violentos, atos terroristas, conflitos étnicos, xenofobia e corrupção são alguns destes exemplos que diariamente são transmitidos pela mídia.

Os contornos epidêmicos que a violência assume por meio dos relatos e imagens que chegam até nós – por canais indiretos e impessoais de comunicação como a televisão, rádio e jornal – podem acalentar a falsa impressão de que ela só merece nossa atenção quando assume proporções mais amplas e complexas. Mas não podemos esquecer de que a mesma dinâmica envolvida na produção de violência em guerras, ocorre também no âmbito de nossas relações interpessoais quando, por exemplo, repreendemos fisicamente nossos filhos em sinal de reprovação.

A difusão sistemática da violência propagada pelos meios de comunicação também é responsável por sua naturalização, em outras palavras, pela adoção de uma postura conformista e alienada acerca do tema.

É na confluência destes dois fatores que surge a possibilidade de, por exemplo, se extrair diversão de um filme onde o herói mata suas vítimas de todas as maneiras possíveis. Portanto, nossa sociedade não é só violenta, mas cultua a própria violência.

Essa seria uma das razões pelas quais banalizamos as conseqüências que podem resultar do conflito entre um homem e uma mulher envolvidos numa relação íntima. Coube às feministas, no entanto, chamar atenção para o fato de que uma pequena briga no casal pode representar a ponta de um *iceberg* de um conflito muito mais grave e que pode resultar em conseqüências nefastas, sobretudo para a mulher.

A página na Internet da Anistia Internacional, dedicada a campanha **Pare a Violência Contra Mulher**, nos informa que, na Europa, a violência doméstica é a principal causa de morte e incapacitações de mulheres entre 16 e 44 anos de idade

e que, nos Estados Unidos, uma mulher é estuprada a cada seis minutos e agredida a cada 15 segundos.

O jornal O Globo, em sua edição de 2 de novembro de 2008, revela que um relatório da Organização Mundial de Saúde indica que 29% das brasileiras sofrem ou já sofreram violência física ou sexual de parceiros ao longo da vida.

Não há estatísticas disponíveis sobre o impacto da violência contra a mulher na economia brasileira, mas é possível inferir que as consequências sobre o sistema de saúde pública e sobre os índices de absenteísmo feminino nas empresas não devam ser irrisórias.

A sociedade brasileira vem reagindo a esta problemática, sobretudo através da criação de leis específicas para este tipo de situação. Durante alguns anos as situações de violência no casal eram julgadas nos Tribunais Especiais Criminais, graças à aprovação da Lei 9.099, em 26 de setembro de 1995, que instituiu a criação destes fóruns. No entanto, somente eram aceitos os casos em que as consequências da violência apresentavam baixo poder ofensivo, ou seja, quando as agressões não causavam na vítima lesões incapacitantes. As penas aplicadas eram chamadas de alternativas, pois se limitavam, na grande maioria das vezes, em prestação de serviços voluntários às instituições filantrópicas e pagamento de cestas básicas.

A prerrogativa de julgar as situações de violência deste tipo pelos Tribunais Especiais Criminais foi duramente criticada, sob o argumento de que não eram eficazes na proteção dos direitos das mulheres agredidas. Um dos principais argumentos era de que qualquer mulher inserida numa relação com um parceiro violento está potencialmente correndo risco de vida, mesmo que o histórico da relação só tenha apresentado episódios de agressões sem maiores consequências. Além disso, a eficácia das penas alternativas impingidas aos agressores era questionada. No caso do pagamento de cestas básicas, argumentava-se que as mulheres acabavam, na maior parte das vezes, sendo duplamente castigadas, já que seus parceiros as obrigavam a ressarcir-los pela despesa. Por fim, também não se concordava com a possibilidade de as vítimas femininas interromperem o processo judicial, uma vez que muitas delas o faziam

sob coação de seus companheiros. Esta interrupção era passível de ser realizada nos Tribunais Especiais Criminais.

No rastro da insatisfação, foi criada em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, que provoca um endurecimento das penas aplicadas aos homens agressores. Ela ainda não é totalmente aceita pelos tribunais espalhados pelo país. Seus opositores alegam, dentre outros argumentos, que a lei fere o princípio constitucional da igualdade entre os indivíduos, já que está exclusivamente voltada para a defesa das mulheres que são vítimas de maus tratos por parte de homens.

Estatísticas como as propagadas pela Anistia Internacional e o jornal O Globo revelam a gravidade relacionada à situação da violência contra mulher no mundo. Por isto e apesar da presumida inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha, é compreensível que ela tenha sido criada como um dispositivo legal de proteção as mulheres.

Além do recrudescimento das leis que julgam os agressores de mulheres, um número cada vez maior de campanhas sobre o tema vem sendo difundidas no país, ajudando-o a se popularizar.

Seja por conhecimento da nova lei, ou pela preocupação cada vez maior com os efeitos da violência contra mulher, é possível que os consultórios dos terapeutas de casal experimentem um aumento gradativo da demanda pelo atendimento neste tipo de situação.

Por estas razões se faz necessário investigar se a terapia de casal possui algum papel a desempenhar no tratamento e na prevenção da violência quando ela ocorre de forma recorrente no casal. Este é, portanto, o objetivo dessa dissertação.

## 2

### Violência, gênero e terapia de casal

#### 2.1

##### Origem e definição de violência

Não é o objetivo aqui realizar um estudo aprofundado sobre as origens e definição da violência, mas não seria possível avançar nas discussões fundamentais sobre violência no casal sem que se façam algumas reflexões sobre estes assuntos.

Entre os animais, a emergência de comportamentos violentos é vista com naturalidade na medida em que expressa a necessidade de subsistência e de preservação da integridade física das espécies. Entre os seres humanos, prevalece uma atitude complacente em relação àqueles indivíduos que, motivados pelo desejo de se defender ou quando se encontram sob o efeito de algum transtorno psiquiátrico, cometem atos violentos. Tanto é assim que a justiça é capaz de inocentar pessoas que cometeram homicídio ou lesão corporal, caso seja provado que elas agiram em legítima defesa, assim como oferece um tratamento diferenciado para aqueles sujeitos em que foi constatada a existência de algum comprometimento psíquico no momento em que cometeram os crimes.

Mas essas talvez sejam as únicas situações em que o comportamento violento gerado por seres humanos, possui justificativas socialmente aceitáveis. O mesmo não se pode dizer, por exemplo, sobre os milhares de assassinatos de judeus, negros, ciganos, deficientes físicos ou mentais e homoafetivos causados pelos Nazistas.

Os motivos, muitas vezes torpes, que provocam conflitos violentos, projetam uma cortina de fumaça sobre a compreensão a respeito de suas origens. A grande questão que se coloca é: será que é da natureza humana ser violento? Os autores divergem em suas respostas sobre esta questão.

Freud escreveu em “O Mal Estar na Civilização” (1997), influenciado pela experiência vivida durante a Segunda Guerra Mundial, que os seres humanos apresentam uma inclinação inata para a agressão, que os conduz a comportamentos autodestrutivos e dirigidos a outras pessoas. Esta inclinação também estaria na raiz de todos os males que nascem no âmbito dos relacionamentos interpessoais e ameaçaria constantemente a existência da civilização.

Maturana (1995), por sua vez, defende uma posição diferente. Através das pesquisas que realizou e que procuram identificar as principais características dos seres vivos, ele sugere que a vida só pode existir se os elementos que a compõem forem regidos por um princípio de colaboração. Portanto, a violência não seria congruente com a biologia humana, apesar de sermos capazes de exercê-la. Sua existência estaria relacionada a um modo cultural específico que valida a negação do outro frente a qualquer desacordo.

Estas duas concepções parecem opostas em relação à gênese da violência. A primeira defende que ela é um comportamento intrínseco aos seres humanos, na medida em que suas raízes se encontram estabelecidas na dinâmica de funcionamento do aparelho psíquico, conforme formulado por Freud. A segunda postula que a violência emerge a partir de um contexto em que se encontra legitimada.

Não encontramos tampouco uma resposta única e definitiva sobre o que é violência. Sobre este ponto, Michaud (1989) nos alerta para o fato de que não há uma verdade universal sobre a violência e que cada sociedade apresenta um repertório de violências que pode ser específico de sua cultura. Nesse sentido, a sua caracterização seria normativa, na medida em que cada sociedade estabelece os critérios que irão definir o que é ou não violência.

Mesmo no âmbito de uma determinada cultura, a definição do que é uma violência pode variar. Méndez (1995) alega que existem diferenças entre o que os casais consideram como sendo danoso para a relação, tanto do ponto de vista físico, quanto psicológico. Um simples empurrão pode representar o fim do relacionamento para um casal. Para outro, a relação só se vê ameaçada quando um de seus membros sofre uma lesão grave. Para alguns casais a infidelidade não é

vista como algo necessariamente ruim para relação. Para outros ela pode ser considerada uma violência psicológica.

Um exemplo paradigmático da dificuldade em se denominar a ocorrência da violência pode ser encontrado no trabalho desenvolvido por profissionais em centros de atendimento a mulheres vítimas de violência. Estes profissionais muitas vezes precisam ajudar as mulheres que frequentam estes centros a distinguirem o que pode ser considerado como uma agressão na suas relações afetivas. Isto é muito comum no caso de abuso sexual contra a mulher envolvida em uma relação estável. Por mais que esta situação seja vivida por parte da vítima como algo desagradável, esta nem sempre a identifica como uma agressão propriamente dita, uma vez que pode considerar que é seu dever satisfazer sexualmente seu companheiro. Esse, por sua vez, pode compartilhar com a companheira a mesma concepção e, portanto, não se considera um agressor.

Além disso, é digno de nota que entre aqueles que se propõem a aferir a incidência da violência, ainda não há um consenso sobre quais seriam os indicadores universais para esta tarefa e cada pesquisador se utiliza de um conjunto específico deles para realizar o seu trabalho.

As dificuldades em se encontrar um denominador comum sobre a origem e a natureza da violência também é resultado do fato de a mesma ser uma problemática de caráter multidimensional.

Isso fica claro no processo de aliciamento dos jovens moradores de comunidades pelo tráfico de drogas. Este pode ser visto como um problema de ordem sócio-econômico e também como produto da maneira como a identidade masculina é constituída. As situações de extrema pobreza em que estes jovens se encontram tornam o tráfico uma alternativa viável e, talvez, única de subsistência. A possibilidade de ascensão social dentro da própria comunidade também pode ser considerada um incentivo para ingressar no mundo do crime. O fato de os homens serem aqueles que massivamente ocupam os postos abertos pelo tráfico estabelece uma associação entre a criminalidade e os valores constitutivos de uma determinada configuração de gênero.

Apesar dessas dificuldades, reina quase que absoluta uma concepção sobre a violência que desconsidera as indefinições essenciais a respeito da problemática.

Essa concepção, aqui chamada de tradicional, faz com que atenções recaiam sobre aquele que é identificado como o agente da violência e sobre o seu comportamento violento, em prol de uma compreensão dita objetiva sobre a dinâmica da violência. O fato do agressor e os seus atos agressivos fazerem parte de um contexto mais amplo de interação é colocado em segundo plano.

Seguindo a diferenciação estabelecida por Zuma (2004), essa concepção privilegiaria o ato em detrimento do processo. O ato é produto de um recorte onde os atores envolvidos em uma determinada situação de violência são necessariamente encaixados nos papéis de agressor e vítima. O processo é a dinâmica relacional subjacente a essa situação. Uma compreensão ampla deveria incluir ambas as instâncias. Em nível do ato é onde se faz possível identificar as causas que levaram a agressão, mas em nível do processo é onde se faz possível identificar quais foram as condições necessárias para que elas surgissem. Vale ressaltar que só no nível do ato é possível trabalhar com uma lógica linear de causa e efeito, já que no nível do processo todo o contexto da situação é responsável pela emergência de uma determinada dinâmica relacional.

Ao fornecer um peso maior ao ato, a concepção tradicional de violência opta por um entendimento de caráter reducionista e mecanicista, já que, com a expectativa de neutralizá-la, preocupa-se apenas em identificar as causas da violência.

A idéia de que o controle de um fenômeno específico está diretamente relacionado ao grau de conhecimento sobre os elos que ligam uma sucessão linear de acontecimentos se origina, segundo Hekman (1990), com o triunfo obtido pelas ciências naturais durante o Iluminismo. As descobertas realizadas por Newton e Galileu nesta etapa da história, possibilitaram maior controle sobre os fenômenos investigados por eles e cujos resultados se fazem sentir até hoje. Por detrás do sucesso das ciências naturais há uma metodologia rigorosa de investigação e sua essência é expressa pela Primeira Lei de Newton, que, como é amplamente conhecida, profere que para toda ação há uma reação. Esta metodologia procura isolar o objeto da investigação do meio em que se encontra inserido para que as forças que atuam sobre ele possam ser identificadas e estudadas.

A concepção tradicional de violência procura trilhar o mesmo caminho realizado pelas ciências naturais já que, como alega Hekman (1990), o grande sucesso atingido por essa última poderia ser reproduzido pelas ciências sociais e, poder-se-ia acrescentar, as áreas correlatas, caso seguissem o seu método.

Há de se perguntar, no entanto, se esta concepção é suficientemente satisfatória para compreender a natureza persistente da problemática. É constrangedor constatar que a violência ainda se manifeste de forma contundente e em níveis crescentes dentre os diversos grupamentos humanos, apesar de todo o avanço científico e das conquistas que os ativistas dos direitos humanos vêm acumulando, sobretudo a partir do último terço do século passado.

## 2.2

### **Violência no casal**

No âmbito em que a violência se manifesta entre duas pessoas de sexos distintos e que se relacionam intimamente, há uma grande quantidade de estudos que privilegiam o que se convencionou chamar violência contra mulher, mais recentemente conhecida como violência de gênero. Este conceito está intimamente ligado à criação de um novo campo de conhecimento: trata-se das pesquisas sobre gênero que investigam o processo de construção dos atributos femininos e masculinos, que não seriam apenas de natureza biológica e se constituiriam principalmente através da influência da cultura, e de como homens e mulheres se relacionam entre si atravessados pelos mesmos.

Para alguns pesquisadores da área de gênero, os resultados de determinados levantamentos estatísticos que levam a crer que as mulheres são as que mais sofrem com a violência entre elas e homens com os quais se relacionam intimamente seriam apenas mais uma das consequências de uma longa história de opressão. Tais pesquisadores postularam que em nossa sociedade há uma primazia do gênero masculino sobre o gênero feminino e que as motivações por detrás da violência masculina contra as mulheres transcendem os limites da relação e

refletem um embate ancestral, com o objetivo de os primeiros permanecerem em uma posição privilegiada em nossa sociedade e também em suas relações afetivas.

Segundo Gouch (1980), este embate ancestral originou-se há muitos séculos atrás quando os homens, livres da tarefa de cuidar da prole, se apropriaram das armas e assumiram o controle econômico e político. Inclusive adquiriram poder sobre as mulheres que possuíam algum grau de parentesco com os mesmos, especialmente aqueles indivíduos do sexo masculino que pertenciam às classes dominantes.

A consagração de um poder masculino dominante, nos moldes descritos acima, é conhecida como cultura patriarcal e, segundo os pesquisadores de gênero, molda os perfis dos distintos gêneros e condiciona a forma como homens e mulheres se posicionam e se relacionam na sociedade. Portanto, a hierarquização dentro da família, a divisão de trabalho, a maneira de lidar com suas próprias emoções e a sexualidade entre os sexos seriam estabelecidas por esta cultura patriarcal.

A construção dos gêneros iniciar-se-ia desde cedo na educação das crianças de forma sistemática através da relação com seus pais, deixando marcas profundas em suas personalidades. Mas este condicionamento não se dá de maneira consciente nem pelos adultos e muito menos pelas crianças. Ele ocorre de maneira tal que as diferenças entre homens e mulheres são vividas por todos como naturais e hereditárias.

Méndez (1995) propõe que em meninos e meninas, o processo de construções dos gêneros se confunde com o processo de desenvolvimento dos mesmos enquanto pessoas. Estes processos se iniciam através da relação com uma mulher psicologicamente definida, representada pela figura da mãe. Neste contexto as meninas se desenvolvem na base da igualdade e os meninos pela diferença.

Para os defensores do conceito de violência de gênero, a violência masculina operaria como o último recurso acionado pelos homens no sentido de manter esta distinção e evitar a angústia da perda de identidade de gênero. A esse respeito Goldner, Penn, Sheinberg e Walker (1990) tecem o seguinte comentário:

Este tabu contra a similaridade, e o terror do colapso das diferenças de gênero opera silenciosamente e de maneira poderosa na relação entre homem e mulher. A estrutura patriarcal de poder e privilégio na sociedade põe o homem em uma posição humilhante quando as divisões de gênero tornam-se indistintas (p. 348).

Terapeutas, como a argentina Maria Cristina Ravazzola (2005), são fortemente influenciados por este modelo em seu trabalho com violência, se bem que a autora o amplia em seu escopo para compreender todos os tipos de abusos que acontecem no âmbito da família. Nesta categorização o uso descontrolado de álcool e/ou drogas também estaria incluído, pois guardaria semelhanças com o padrão de comportamento de quem exerce violência. Esse padrão alude a uma forma de se relacionar consigo mesmo, com o outro ou sobre objetos que denuncia uma incapacidade de estabelecer limites e cuidados.

A autora estabelece uma associação entre as famílias violentas e os regimes autoritários, como a cultura patriarcal. Tanto um quanto o outro possuem características semelhantes que possibilitam a emergência da violência de forma recorrente.

Os membros destas famílias não possuem o mesmo grau de autonomia sobre as decisões que dizem respeito ao coletivo, estão divididos por estereótipos que definem os líderes e os subordinados, e estas duas características são tacitamente aceitas pelos seus membros. Neste contexto a violência, quando utilizada pelo detentor do maior grau de poder, é usualmente reconhecida como um mal necessário à manutenção da ordem estabelecida, e por isso é tolerada. Porém, os membros destes sistemas pagam um preço alto por isso. As diversas formas de indignações e resignações derivadas da convivência, sob um sistema com estas características, devem se tornar invisíveis para que ele não seja perturbado. A autonomia de pensamento e manifestações de auto-afirmação são vistas como egoísmo e traição. A possibilidade de reconhecimento mútuo fica comprometida na medida em que muitas vezes, em nome da manutenção do “equilíbrio”, os subordinados devem submeter-se calados frente a todo tipo de desqualificação. Por fim, os processos de comunicação sofrem ruídos de toda ordem, como aqueles provocados por mensagens paradoxais, em detrimento da manutenção de consensos.

Ravazzola (2005) também afirma que a convivência das crianças com adultos que se descontrolam apresenta sérias consequências para estas em sua vida adulta. Tais crianças primordialmente negam a percepção do dano causado a elas pelas pessoas que amam. Como consequência elas podem, por um lado, se aliar ao agressor através de um processo de identificação e reproduzir seu comportamento com outras pessoas e até com indivíduos menores, cuja inferioridade física e a incapacidade de se defender são negadas da mesma forma que a elas foi negado o direito de serem cuidadas.

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Noos de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais e o Instituto Promundo em 2003, com homens na faixa etária entre 15 e 60 anos, foi identificado que eles são mais propensos a exercer violência contra suas companheiras e filhos, caso tenham vivido em famílias de origem onde havia a presença de violência de homens contra as mulheres ou foram vítimas de violência.

Por outro lado, Ravazzola (2005) propõe que crianças que sofreram maus tratos podem perder a capacidade de se preservar, na medida em que não puderam se separar psicologicamente daqueles com quem mantêm uma relação de dependência afetiva e econômica. Esta fusão estaria a serviço de proteger o outro de seus próprios ataques.

Esse processo traria implicações para essas crianças na vida adulta caso, por exemplo, se transmutasse no mecanismo que é chamado pela autora de vergonha alheia. Trata-se do processo em que uma pessoa acaba assumindo os pudores de quem realmente deveria se sentir mal com suas atitudes. Ela dá o exemplo de uma mãe que traz para seu consultório uma filha. A queixa é trazida pela primeira, que está preocupada com o fato da filha ser obesa. Em nenhum momento durante a sessão esta última se mostra sensibilizada com esta questão. A autora sugere que, nesta relação, a conduta da mãe atenua a culpa que sente pela situação e reduz a ansiedade da filha quando se responsabiliza integralmente pela resolução do problema. Com isso evita confrontá-lo de uma forma mais adequada e inadvertidamente acaba contribuindo para que ele se mantenha inalterado.

Mulheres que se encontram envolvidas em situação de violência com seus companheiros, muito frequentemente, manifestam esse tipo de comportamento ao

procurarem assumir a culpa ou justificar as agressões sofridas por elas em suas relações afetivas.

O modelo de violência de gênero tem sido desenvolvido desde o último terço do século passado e adquiriu grande consistência apoiado em um considerável volume de dados empíricos. No entanto, existe um amplo debate, sobretudo nos Estados Unidos, sobre até que ponto ele é determinante para compreensão sobre a violência entre homens e mulheres que se relacionam afetivamente.

Oliveira (2004) revela que uma das críticas recaiu sobre os levantamentos estatísticos, realizados nos Estados Unidos, que foram utilizados pelos pesquisadores para fundamentar seus argumentos a favor do modelo de violência de gênero. Seus detratores diziam que havia falhas metodológicas nestes levantamentos, pois não levavam em consideração a baixa notificação da ocorrência de violência física de mulheres contra homens, que tendem a causar ferimentos físicos mais graves. Dessa forma, a violência masculina acabava ganhando maior visibilidade. Eles confrontaram estes levantamentos com outro chamado Levantamento Nacional de Violência Doméstica, que mostrou que a incidência de agressões entre parceiros íntimos é mais equilibrada entre os gêneros do que se pensava.

Os defensores do modelo de violência de gênero contra-argumentaram, afirmando que as agressões das mulheres refletem a necessidade de elas se defenderem ou/e de romperem com a dominação imposta pelo patriarcado e que o levantamento feito por seus opositores não levava em consideração os contextos em que ocorriam as agressões.

Então, o Levantamento Nacional de Violência Doméstica foi refeito incluindo esta consideração e foi constatado que, no caso dos homens, as agressões eram exercidas de forma contínua como chantagem. A princípio este novo resultado poderia reforçar a convicção de que a violência de gênero é a dinâmica predominante nas relações afetivas em que há a presença de violência. No entanto, como não foi estabelecida uma associação em que a chantagem ocorre como forma de opressão, o debate em torno desta questão ainda parece estar longe de uma conclusão.

Para um grupo, composto por um número cada vez maior de pesquisadores, estudiosos e profissionais, a violência de gênero é apenas uma das facetas da violência entre homens e mulheres que se relacionam intimamente. Para esse grupo, existem outros fatores que contribuem para a construção de uma relação com a presença de agressões. Esses nasceriam com o advento da sociedade moderna, calcada na primazia do indivíduo sobre a coletividade e produtora de um desenho específico de conjugalidade que estaria alinhado com o ideal de família contemporânea. O casal, nessa família, possui grande importância para seu adequado funcionamento e seu relacionamento deve incluir uma grande quantidade de qualidades e funções que são consideradas normais e desejáveis. Segundo Socci (1983), esta relação:

...procura combinar o desafogo sexual, a amizade afeiçoada e as funções procriadoras da família. A atração romântica é considerada como base adequada para a escolha do parceiro. Espera-se que a ternura, o mistério e a excitação coexistam com os cuidados de manutenção da casa, como os problemas da criação da prole e com a rotina (p. 25).

No mundo ocidental da modernidade, aceita-se sem maiores questionamentos a idéia de que a satisfação sexual, a despeito de ser acessível em diferentes contextos, deva ser necessariamente alcançada no âmbito dos relacionamentos conjugais. No entanto, Strauss (1980) lembra que, na maioria das culturas, prazer e matrimônio não caminham necessariamente juntos e, inclusive, podem ser vistos como contraditórios.

Os cuidados com os filhos é outro aspecto que apresentou diversas abordagens ao longo do tempo. Nem sempre a prole esteve sob a mútua responsabilidade de seus genitores. Gouch (1980) conta que o mundo também já foi testemunha da existência das famílias chamadas matrilineares, onde os filhos eram cuidados pelos irmãos solteiros das mães.

Nem a própria monogamia pode ser considerada um padrão único na humanidade. A prática de os indivíduos de se relacionarem afetivamente apenas com outro indivíduo, durante um período de tempo, é uma das principais características do relacionamento afetivo contemporâneo. Strauss (1980) descreve os costumes de um povo chamado Nayar, que vive na costa de Malabar, na Índia.

Entre seus membros, o casamento não cria laços permanentes entre homens e mulheres. Estas últimas possuem o direito de ter quantos amantes desejarem e a autoridade sobre a terra e filhos é delegada aos seus irmãos.

Entretanto, os casais modernos ocidentais se vêem as voltas com um modelo de relacionamento sem precedentes e que, por seu grau de complexidade, impõe desafios a homens e mulheres. Não são poucas as dificuldades dos casais em integrar, no bojo do relacionamento, as diversas qualidades e funções que caracterizam o relacionamento afetivo contemporâneo. Isto acontece, sobretudo porque elas podem tornar-se incongruentes entre si ao longo da vida do casal. Nem sempre, por exemplo, é possível manter uma atmosfera de mistério e excitação na convivência diária com o parceiro. A rotina pode tornar a relação previsível e o desgaste diário no cotidiano profissional tende a afetar a libido do casal. A nossa sociedade tampouco oferece uma atmosfera congruente com este modelo. Os meios de comunicação propagam, sistematicamente, o culto ao amor romântico ao mesmo tempo em que difunde padrões rígidos de beleza e prazer que não condizem com a realidade da grande maioria dos casais. Isto provocaria a emergência de sentimentos de insatisfação e falência no interior do casal e geraria efeitos corrosivos para a relação.

Féres-Carneiro e Magalhães (2009), a respeito desta temática, afirmam que o ideal do casamento moderno, onde a entrega total do parceiro se destaca como fantasia primordial, pode provocar tensões na relação conjugal. Nesse cenário, cada um dos membros do casal pode acabar exigindo o máximo de si na busca por atender as exigências do parceiro e causar uma sensação de esvaziamento intolerável.

Uma revisão da literatura sobre violência no casal realizada, no final de 2000, por Michael P. Johnson e Kathleen J. Ferraro, para o “*Journal of Marriage and the Family*” aponta para a divisão dos estudos nesta área em dois grandes eixos.

O primeiro eixo agrega uma série de estudos voltados para a perspectiva do controle como fator principal na geração de contextos de violência no casal. O segundo eixo, nascido dos debates focados nos maridos agressores e na simetria das relações onde há a presença de um parceiro violento, é constituído por um

agrupamento de estudos que procura, ainda que de maneira incipiente, conforme avaliado pelos autores do texto, distinguir os diferentes tipos de contextos de violência para além da perspectiva do controle. Estes diferentes tipos de violência, segundo os autores, podem ser agrupados pelas seguintes classificações:

Violência conjugal comum, caracterizada por agressões físicas que surgem de forma pontual e que não estão vinculados a um padrão de controle mais geral na relação;

Terrorismo íntimo, quando a violência é um recurso para se alcançar controle sobre o parceiro;

Resistência violenta, gerada a partir da necessidade da vítima em se defender;

Controle mútuo através da violência, caracterizado pela presença da necessidade de controle por parte de ambos os membros do casal.

Em complemento a esta categorização poderia ser incluída outra formulada por Watzlawick, Beavin e Jackson, em 1967, que realiza uma divisão entre casais que apresentam relações assimétricas e casais que apresentam relações simétricas. As primeiras seriam aquelas em que cada membro do casal agiria de forma complementar à do parceiro, reforçando as diferenças presentes em cada um, e as segundas, seriam aquelas em que a relação estaria baseada em valores de igualdade entre os parceiros.

Apesar de esta categorização procurar definir quais são as dinâmicas mais gerais presentes nas relações e não se referir especificamente às que são violentas, como a de Johnson e Ferraro (2000), ela ajuda a compreender como os diferentes modelos explicativos para a violência entre homens e mulheres que se relacionam afetivamente podem se manifestar em diferentes parceiros íntimos. A violência de gênero prosperaria naquelas relações predominantemente assimétricas e a violência como resultado de insatisfações e frustrações seria propícia de surgir no âmago das relações predominantemente simétricas.

## 2.3

### Terapia de casal e violência

Como já descrito, existem duas concepções sobre a dinâmica envolvida no casal, quando a violência desponta em seu seio de forma recorrente. A primeira, conhecida como violência de gênero, é vista como uma manifestação da opressão gerada pela imposição/reafirmção do poder de um gênero sobre o outro. A segunda, não descarta a explicação da primeira, mas incluiu também a idéia de que a violência no casal pode ser gerada a partir da projeção de insatisfações e frustrações pessoais, sobre o parceiro íntimo, decorrentes das dificuldades inerentes ao projeto de conjugalidade contemporânea.

Esta polarização no debate acerca da dinâmica da violência entre parceiros íntimos acaba se refletindo no campo da terapia de casal, gerando uma discussão sobre a sua legitimidade enquanto dispositivo para o tratamento deste tipo de situação.

A psiquiatra francesa Marie-France Hirigoyen (2006) ressalta, por exemplo, que:

A psicoterapia de casal não é, a meu ver, em absoluto adequada para casos de violência conjugal, pois ela parte do princípio de que ambos os parceiros são co-responsáveis pelos problemas do casal. Por conseguinte, ela permite que o homem encontre justificativas para sua violência e arrisca a reforçar a culpa da mulher. Além disso, pode ser perigosa para a mulher, porque o que disser durante a sessão poderá vir a ser usado pelo homem para aumentar ainda mais a sua violência (p. 189).

A posição defendida pela autora se encontra inteiramente sintonizada com a das feministas mais tradicionais. Este grupo defende a aplicação de dois caminhos possíveis como resposta à violência de gênero. Em primeiro lugar, atenção para as mulheres vitimadas, que inclui, dentre outras ações, a implantação de diversos serviços como delegacias especializadas, centros de atendimento

compostos por equipes multidisciplinares, abrigos e formulação de políticas públicas de segurança, voltadas exclusivamente para as mulheres. A proposta por detrás da criação destes serviços é proporcionar às mulheres vitimadas condições necessárias para que consigam conquistar uma autonomia em relação aos seus algozes e que, com isso, passem a se libertar de seu jugo. Em segundo lugar, punição exemplar para os homens agressores.

O contraste entre a diversidade de alternativas à disposição das mulheres vitimadas, em contraposição a uma única que é oferecida aos homens agressores, revela a preocupação das feministas mais tradicionais em consolidar a criminalização da violência contra a mulher, pois durante séculos este tipo de violência foi e, em grande proporção, continua sendo ignorada.

A invisibilidade da opressão feminina seria mais um dos diversos mecanismos automáticos e algumas vezes insuspeitos de defesa do poder masculino. A idéia, por exemplo, de que as mulheres envolvidas em uma relação violenta de alguma forma contribuem para a perpetuação da violência no casal, é vista por elas mais como um mito e uma armadilha ardilosa, que visa a frustrar as tentativas de desestabilização da cultura patriarcal. Esta afirmação eclipsaria os fatores preponderantes por detrás da dificuldade das mulheres de romperem com seus companheiros violentos. Inferioridade física, dependência econômica, preconceitos contra mulheres divorciadas seriam algumas das razões que manteriam as mulheres presas às relações violentas.

Portanto, a estratégia das feministas mais tradicionais para o enfrentamento da violência contra as mulheres se concentra no reforço da concepção tradicional de violência, reivindicando que a justiça cumpra com a sua função, e no que elas chamam de “empoderamento” das mulheres, que buscaria o estabelecimento de um equilíbrio de poder entre os gêneros.

A terapia de casal é criticada pelo fato de não se enquadrar em nenhuma dessas modalidades de ação. O dispositivo, ao procurar pela responsabilidade de cada membro do casal na construção das situações de violência, conforme afirma Hirigoyen (2006), transcende a lógica vítima/agressor e acabaria por desconsiderar o desequilíbrio de poder inerente a qualquer relação entre homens e mulheres.

Para Méndez (1995), a concepção feminista sobre a violência no casal possui sua importância na medida em que questiona a supremacia da cultura patriarcal e tem ajudado a provocar mudanças fundamentais em nossa sociedade, mas é inadequada para a prevenção e o tratamento da violência no casal. A adoção de premissas feministas para os casais em situação de violência poderia aumentar o conflito e antecipar um rompimento definitivo. Sobre isso a autora ressalta que:

Uma das preocupações das feministas é que a terapia conjunta retira a responsabilidade sobre o perpetrador e aumenta a possibilidade da vitimização da vítima. Eu penso, por outro lado, que o que aumenta a possibilidade da violência é a vivência persecutória de um membro do casal em relação ao outro, perseguição que vivem ambos se se trabalha somente com a mulher. O homem, pelas fantasias de que a mulher irá “acusá-lo” e a mulher pelas fantasias de que se homem conhecer apenas sua “deslealdade”, se poria fisicamente violento (p. 32).

A autora compreende que a manutenção da violência só pode ocorrer quando há um entrelaçamento de condutas, muitas vezes não conscientes, de ambas as partes e vai mais longe quando compara as relações de casais em situação de violência com uma guerra.

A premência de se evidenciar e coibir os índices epidêmicos de violência contra a mulher ressalta a supremacia física dos homens, mas camufla a capacidade das mulheres em infringir ferimentos psicológicos, área na qual, para Méndez (1995), elas são especialistas. Desta forma, em uma relação afetiva violenta, uma mulher golpeada pelo seu companheiro poderia representar apenas uma das causalidades geradas por uma das armas a disposição dos contendores. Alguns autores corroboram essa idéia, como Araújo (2009), quando afirma que:

Os papéis de *vítimas* e *agressores* são intercambiáveis; além disso, o uso que homens e mulheres fazem desses papéis é bastante variado. As vítimas não são necessariamente passivas, mas há sempre alguma forma de resistência, assim como os agressores muitas vezes acabam prisioneiros da própria violência que praticam (p. 284).

Oliveira (2004) propõe que algumas mulheres, ao se manterem na posição de vítimas, extrairiam o que seria uma espécie de benefício secundário. Criticando

seus companheiros pelo comportamento inadequado, mas passando ao largo do questionamento moral sobre a violência e ignorando o debate sobre a qualidade de seus relacionamentos, elas garantiriam a possibilidade de se sentirem indispensáveis ou resguardariam a prerrogativa de gerir os cuidados dos filhos.

Méndez (1995) se posiciona a partir da Teoria Geral dos Sistemas, que estabelece paralelos entre o comportamento de um conjunto de substâncias químicas que interagem entre si, conjunto esse chamado de sistema, com o comportamento de indivíduos inseridos em um determinado contexto de relacionamento. Nessa perspectiva, as atenções recaem mais sobre os padrões de interação estabelecidos nas relações de um conjunto de pessoas do que sobre as próprias pessoas.

Kalina e Perel (1987) lembram que, a partir da análise do comportamento dos sistemas abertos, ou seja, daqueles conjuntos que estabelecem trocas com o meio no qual se encontram inseridos, se infere que a forma como esses se encontram organizados internamente é mais importante do que as suas gêneses e os resultados de suas interações. Isso porque, nesses sistemas, condições iniciais distintas podem levar a resultados semelhantes e resultados distintos podem ser gerados por condições iniciais semelhantes.

Dessa forma, seria inadequado compreender o comportamento de um casal apenas a partir das características individuais de cada um de seus membros. É importante compreendê-lo também a partir de uma dinâmica de funcionamento que é específica para cada relação. Mais do que isso, as regularidades presentes numa relação estabelecem um padrão de interação que gera comportamentos só possíveis de serem identificados no âmbito das relações. Sobre isso Kalina e Perel (1987) afirmam que:

Cada uma das partes de um sistema está relacionada de tal modo com as outras que uma mudança em uma delas provoca uma mudança em todas as demais e no sistema total. Isto é, um sistema se comporta não apenas como um simples composto de elementos independentes, mas sim como um todo inseparável e coerente (p.8).

Esse processo que transforma o casal em uma unidade, em que cada parceiro está constantemente influenciando o outro e redefinindo a relação como um todo, é um dos pilares da perspectiva sistêmica e é conhecido como princípio da circularidade.

Ancorada nesse princípio e no da objetividade entre parênteses, proposto por Humberto Maturana ao longo de sua obra e que recusa qualquer descrição objetiva da realidade e encara a verdade sempre como um ponto de vista de quem a profere, Méndez (1995) sugere que o mais importante seria se distanciar da lógica linear da vítima/agressor.

Em casais onde a violência ocorre de maneira sistemática, ambas as partes envolvidas se vêem sempre reagindo ao adversário, mais do que isso, ambos os membros do casal se vêem como vítimas nesse conflito.

De fato, a experiência do trabalho realizado com homens autores de violência contra mulheres, desenvolvido por organizações não governamentais desde a década de noventa, como o Pró-mulher, Família e Cidadania, em São Paulo, e pelo Instituto Noos de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais, no Rio de Janeiro, tem mostrado que estes homens, salvo algumas raras exceções, se vêem mais como vítimas do que como algozes na situação em que se encontram envolvidos. Quando admitem a agressão, tratam logo de justificá-la como um comportamento de legítima defesa.

As mútuas acusações podem, em parte, estar relacionadas a percepções de Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) que propõem que em relações como a de um casal, caracterizada por laços estáveis e contínuos, se torna muito difícil estabelecer uma pontuação que indique quem iniciou uma determinada seqüência de comunicação, seja ela digital ou analógica.

A proposta de Méndez (1985) de se distanciar da lógica linear da vítima/agressor seria uma estratégia para que a terapia não acabe sendo identificada como um espaço onde se formule um inventário de culpas e reforce sentimentos persecutórios. Sem esse distanciamento seria muito difícil, como propõe Méndez (1985), de caminhar no sentido do:

...reconhecimento de áreas da convivência do casal que contém mitos e crenças em que de baseia a violência e que tendem a ser conflitadas, produzindo intensa carga emocional (p. 30).

A autora afirma que estas áreas são tão diversas quanto são os casais. Entre elas, a autora cita as dificuldades em se estabelecer um consenso sobre o manejo do dinheiro, os desacordos em relação à educação dos filhos, as impossibilidades em integrar no cerne do relacionamento as diferenças culturais advindas de famílias de origem distintas, dentre outras.

Isso não significa que no âmbito da terapia não se possa trabalhar a questão da responsabilidade pelos atos destrutivos. Méndez (1995) acredita que seja fundamental separar o processo que procura identificar as áreas de convivência que impulsionam o casal a entrar em guerra do de responsabilização. Para a autora os terapeutas não podem aceitar a utilização de qualquer tipo de explicação que sirva como justificativa para a violência e devem explicitar isso.

Caberia ao terapeuta também auxiliar na construção de mecanismos que poderiam ajudar os membros do casal a prevenir a reincidência de violência. A autora descreve três recursos que usualmente utiliza com seus pacientes com esta finalidade: Negocia com o casal uma separação temporal, sugere o abandono do “campo de batalha” para lugares que são pré-definidos como espaços de contenção, e define quais seriam os sinais que indicam um aumento da tensão na relação que antecipariam a emergência da violência para que um “alarme” seja acionado. Ela afirma que este último recurso é o que tem sido mais utilizado e que, em sua opinião, se configura como uma ferramenta eficiente de controle da violência.

Hirigoyen (2006) e Méndez (1985) representam, respectivamente, aqueles que são contra a utilização da terapia em conjunto com casais que vivem em uma situação de violência e aqueles que a consideram um recurso importante nesta frente. Ironicamente ambos os lados acusam o outro de acabarem reforçando a intensidade da violência ao invés de colaborar com a interrupção do seu ciclo.

Ravazzola (2005) poderia ser identificada como uma autora cujas idéias a posicionam no meio destas duas concepções. Ela é a favor da terapia em conjunto, mas chama a atenção para o fato de que:

Algumas vezes, os terapeutas têm transmitido concepções acerca da família, o lugar da mãe e o lugar do pai, em correspondência com um estereótipo dominação/subordinação nas relações familiares, coincidentes com o discurso autoritário de gênero (p. 81).

Além disso, Olson (1996) lembra que pensadoras feministas, sistêmicas ou não, denunciaram que as terapias familiares de base sistêmica são constituídas por uma epistemologia que interpreta o mundo sob um ponto de vista masculino. Nesse sentido, o desempenho dos terapeutas é valorado segundo o grau de distanciamento afetivo entre eles e seus pacientes e segundo o grau de objetividade de suas explicações sobre as famílias.

Ao unirmos ambas as reflexões a respeito do campo das terapias familiares sistêmicas é possível concluir que aqueles terapeutas que não possuem um olhar voltado para as questões de gênero seriam jogados à própria sorte nos atendimentos a famílias e casais vivendo em situação de violência. Esses terapeutas interpretariam as desigualdades de poder, um dos principais combustíveis para a violência, como reflexo da capacidade de distribuir tarefas e emoções dentro das famílias. Além disso, estes terapeutas, em nome da neutralidade, permitiriam que a família trouxesse o problema sem que percebessem que mesmo este processo também sofre a interferência de uma distribuição desigual de poder.

Alijados da perspectiva de gênero restaria aos terapeutas promover mudanças superficiais que se concentrariam em estratégias que visam preservar o sistema familiar. Mesmo que isto implique em novos sacrifícios às pessoas abusadas. Nessa direção, as pessoas identificadas como vítimas podem ser instadas a evitar comportamentos “provocadores”, já que é sempre mais fácil agir sobre aqueles que se apresentam em posição aparentemente mais fragilizada e, em nome do que isso poderia significar em termos de êxito, evitar o confronto com as pessoas identificadas como os agressores para prevenir a evasão dos mesmos.

Para Ravazzola (205) é o terapeuta que poderá romper com os efeitos anestésicos provocados pelos sistemas autoritários e que suscitam uma cadeia de negações na família sobre a ocorrência da violência. Como propõe a autora, os

membros da família não vêem que não vêem. Para isso a autora sugere que o profissional deve evidenciar em si o mal-estar provocado pelos atos agressivos. A recuperação deste mal-estar causaria uma perturbação nessas famílias/sistemas autoritários e alavancaria mudanças importantes.

No entanto, a própria Ravazzola (2005) admite que:

Quando sentimos o horror que nos produz a atitude de maltrato, equivocadamente tratamos de absorvê-la para conseguir aliviar aos outros protagonistas (p. 86).

Isso remete às eventuais consequências indiretas de trabalhar com violência. Ela pode restringir a capacidade de intervenção do terapeuta, pois é tóxica e paralisante. Tóxica na medida em que subverte a função do profissional, deslocando-o do lugar daquele que deveria “curar” para o lugar dos que sofrem com as consequências da violência. Paralisante na medida em que, uma vez identificado com as vítimas, o terapeuta pode optar pelo silêncio e a apatia no lugar de falar e agir.

Segundo Aron e Llanos (2004), as suas experiências pessoais e de outras equipes indicam que quem trabalha com vítimas de violência está sujeito a um desgaste profissional conhecido como *burnout*, que reduz a motivação para o trabalho e pode provocar seu abandono. Além disso, no limite, causa transtornos psicológicos graves. Dentro deste tema os autores dão especial atenção para o que chamam de traumatização vicária, que é definida como os sintomas e o sofrimento que as vítimas apresentam e que são reproduzidos pelos profissionais que estão em contato direto com as mesmas.

O fato de o terapeuta acabar, ele também, se transformando de alguma forma numa vítima da violência é, no mínimo, desconcertante para um profissional que deveria, a rigor, salvaguardar certo distanciamento em relação ao problema trazido por seus pacientes, para que possa atuar como um terceiro imparcial na mediação de um conflito que não é seu. Por outro lado, acreditar que uma situação de violência não seja capaz de atingi-lo pessoalmente é o primeiro passo no sentido de expor o processo terapêutico a um desgaste que, de maneira imperceptível, acabará por comprometer o seu bom desfecho.

Nesse sentido, Aron e Llanos (2004) sugerem que pessoas que trabalham sistematicamente com violência devem possuir o que denominam como espaços de oxigenação, como dedicação a algum tipo de *hobby*, que implique numa distensão do impacto causado por essas situações e recupere suas energias. Isso seria importante, já que também é responsabilidade desses profissionais evitar que, nas palavras dos autores, o material tóxico gerado pelas situações de violência continue se propagando entre todos.

### 3

## Método

### 3.1

#### Participantes

Para se atingir o objetivo deste trabalho, quatro terapeutas de família e casal foram entrevistados. Para a seleção destes profissionais foram estabelecidos três critérios. Eles deveriam ser formados em psicologia, ter realizado suas especializações em terapia de família e casal em instituições de formação da cidade do Rio de Janeiro e já ter atendido casais onde a violência se fazia claramente presente na relação.

O primeiro critério - ser formado em psicologia - foi elaborado após a entrevista com o segundo terapeuta. Durante a sua realização, esse profissional revelou que havia se graduado em Serviço Social e isso suscitou uma discussão entre o autor desse trabalho e sua orientadora sobre o aproveitamento do conteúdo da entrevista para o estudo. Apesar da riqueza de informações contida na entrevista, se optou em não aproveitá-lo neste momento, já que essa dissertação é voltada para a investigação de como a psicologia e os profissionais desta área se relacionam com o tema da violência na clínica.

Para verificar se havia alguma diferença teórica na compreensão sobre a dinâmica da violência, bem como na prática com casais em situação de violência, se optou por entrevistar terapeutas de diferentes instituições de formação.

Os nomes dos terapeutas foram substituídos por uma numeração que vai de 1 até 4 e que acompanha a sequência de realização das entrevistas. Dessa forma, o número 1 foi dado para o primeiro profissional entrevistado, o número 2 foi dado para o segundo profissional entrevistado e assim por diante. Segue abaixo, uma breve descrição dos terapeutas, baseada nas informações que puderam ser coletadas durante as entrevistas:

O Terapeuta 1 é do sexo feminino. Além de ser terapeuta de família e casal, trabalha em uma instituição da área da saúde voltada para o atendimento de crianças e adolescentes. Na instituição em que fez sua formação em terapia de família e casal, realiza atendimentos de famílias que vivem em situação de violência.

O Terapeuta 2 é do sexo feminino. Além de ser terapeuta de família e casal, fez uma pós-graduação em Psicopedagogia e já trabalhou em diversas escolas.

O Terapeuta 3 é do sexo feminino. Além ser terapeuta de família e casal, atuou como professora do ensino fundamental e ensino médio. Na instituição em que fez sua formação em terapia de família e casal, atua como supervisora dos atendimentos realizados pelos alunos.

O Terapeuta 4 é do sexo masculino. Além de ser terapeuta de família e casal, trabalha em projetos sociais de organizações da sociedade civil e de organizações governamentais. Em alguns desses projetos desenvolve um trabalho voltado para o atendimento, em grupo, de homens autores de violência contra mulheres.

## **3.2**

### **Instrumentos**

Foi elaborado um roteiro com perguntas básicas para a realização das entrevistas (Anexo I). Apesar de essas perguntas não necessariamente terem sido utilizadas durante as entrevistas, serviram para orientar o entrevistador na tarefa de estimular conversas sobre os principais assuntos relacionados ao objetivo do trabalho.

Para o registro das entrevistas foi utilizado um gravador digital para posterior transcrição.

Também foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II) que deveria ser assinados pelos terapeutas antes da realização das entrevistas. Este documento realiza uma série de esclarecimentos a respeito da entrevista e de seus procedimentos, incluindo a garantia de que a identidade dos entrevistados e das pessoas citadas por eles sejam mantida em sigilo. Também solicita autorização dos terapeutas para que as informações transmitidas por eles sejam utilizadas para fins de ensino, pesquisa e publicação.

### 3.3

#### **Procedimentos**

A primeira etapa consistiu na elaboração de um roteiro inicial com as perguntas que norteariam as entrevistas. Esse roteiro foi aplicado em uma entrevista piloto para que fosse ajustado e adquirisse sua forma definitiva.

A segunda etapa consistiu na realização das entrevistas que deveriam ser analisadas para fins deste trabalho. Foi nessa fase que um dos profissionais revelou que era formado em Serviço Social, levando o autor deste trabalho, por razões já descritas, a excluí-lo do processo. Como o roteiro de perguntas não sofreu grandes modificações em relação a sua versão inicial, se decidiu por substituir este profissional pelo que participou da entrevista piloto. Dessa forma foi mantida a quantidade de entrevistas que originalmente haviam sido planejadas de serem realizadas

A terceira e última etapa consistiu na análise de conteúdo das entrevistas utilizando-se o método proposto por Bardin (2009).

## 4

### **Análise e discussão dos resultados**

Do discurso dos entrevistados, emergiram cinco categorias de análise: Compreensão sobre a dinâmica da violência; Fatores associados à emergência da violência; A questão do enquadre terapêutico; O problema de identificação dos diversos tipos de violência; Recursos disponíveis para o trabalho com violência.

As entrevistas foram realizadas com o propósito de refletir sobre a utilização da terapia de casal no atendimento a casais em situação de violência a partir do ponto de vista dos profissionais que atuam nessa área.

#### 4.1

##### **Compreensão sobre a dinâmica da violência**

A maioria dos terapeutas entrevistados revelou sua predisposição em adotar a perspectiva sistêmica como referência para o desenvolvimento de seu trabalho com casais em situação de violência:

*“Então tem a coisa sistêmica, que eu acho que é inegável.”* (Terapeuta 1)

*“Essa visão sistêmica me ajudou muito, né?”* (Terapeuta 2)

*“Então na visão que a gente tem do mundo, que é a visão sistêmica...”*  
(Terapeuta 3)

A adoção dessa perspectiva possibilita aos entrevistados apresentarem uma compreensão sobre a dinâmica da violência no casal diferente da concepção tradicional sobre a problemática. Nessa concepção, há uma rígida separação entre aquele que é visto como o agressor e a pessoa que é identificada como a vítima.

Além disso, nela, o foco recai sobre o primeiro como principal responsável por sua eclosão.

O grupo composto pelas feministas mais tradicionais utiliza a concepção citada acima quando explica os mecanismos subjacentes à violência no casal. Mas essas feministas vão mais além e mantêm uma rígida separação que engessa homens e mulheres sempre no mesmo papel, o de agressor e vítima, respectivamente. Oliveira (2004) afirma que, para esse grupo, qualquer homem é um agressor em potencial.

Méndez (1995) nos alerta para o fato de que o posicionamento adotado pelas feministas reflete a preocupação em estabelecer os fundamentos que alicerçam sua luta contra a opressão das mulheres em uma sociedade basicamente machista. Nesse sentido, seus esforços têm sido bem sucedidos e suscitado transformações importantes. Porém, não se mostra adequada para os terapeutas que lidam com casais em situação de violência.

Todos os entrevistados apresentaram uma visão diferente sobre o papel que homens e mulheres exercem na dinâmica da violência no casal. A tendência desses profissionais é a de considerar a situação da violência como sendo, pelo menos nos casos atendidos por eles, como um problema que se não foi iniciado, é no mínimo sustentado ao longo do tempo por ambos os companheiros. As falas abaixo refletem esse posicionamento:

*“Apesar de a gente sempre ficar achando que é sempre o homem. Até pela questão da coisa da masculinidade mesmo. Do homem ter aquela coisa de ter que ser dominador, ter que ser poderoso. Mas não é só assim. Às vezes a mulher também bate e muitas vezes a mulher se vitimiza, irrita muito homem e faz com que ele acabe batendo.”* (Terapeuta 1)

*“Não tô aqui querendo propriamente vitimizar a mulher nem nada disso, porque é claro que o comportamento dela alimentava a irritação dele, porque à medida que ela não conseguia assumir uma atitude na frente dele, ela fazia o que ela achava o que deveria fazer por trás.”* (Terapeuta 4)

Seria ilusório, portanto, para os terapeutas enquadrar as pessoas em perfis rígidos de vítima e agressor, pois elas não seriam inteiramente passivas ou inteiramente violentas. Araújo (2009) defende que numa relação onde a violência

se manifesta de forma recorrente não há como fixar os papéis nessa divisão. A autora acredita que há um intercâmbio dessas funções dentro do casal. Além disso, aquele que se encontra no lugar de vítima, sempre apresenta algum tipo de resistência. O que ocupa a posição de agressor sempre acaba de alguma forma sendo vitimado. Por isso, não faria sentido estabelecer uma estratégia de trabalho que preveja que alguém sempre irá se comportar da mesma forma em todos os momentos. A fala de dois entrevistados corrobora esta idéia:

*“A gente viu que não tem tanta importância quem é o que, quem é o que tá batendo. Não tem porque é uma coisa que circula dentro da família e às vezes até o filho como testemunha também participa.”* (Terapeuta 1)

*“A gente primeiro tem que discutir esta palavra violência porque ela tá muito associada a uma vítima e a um algoz, né?”* (Terapeuta 3)

Para Méndez (1995), a dinâmica da violência no casal é mantida através de enlaces, muitas vezes não conscientes, nas condutas de seus membros. Assim sendo, as atenções recaem mais sobre os padrões de interação estabelecidos nas relações de um conjunto de pessoas do que sobre as próprias pessoas. Alguns terapeutas expressam essa idéia em suas entrevistas, como demonstrado a seguir:

*“Então a gente começou a trabalhar essa questão do padrão, né?Aí tem essa coisa assim, essa coisa sistêmica de ter o mesmo padrão, né?”* (Terapeuta 2)

*“No casal, trabalhando com a visão sistêmica, eu parto do princípio que cada um tem cinquenta por cento de responsabilidade em tudo que tá acontecendo dentro da relação.”* (Terapeuta 3)

Não faria sentido, portanto, compreender as situações de violência que ocorrem de forma sistemática nos casais a partir de uma lógica disjuntiva, ou seja, pensar a problemática a partir das atitudes provocadas por um dos indivíduos que compõe o conjunto formado pelo casal. Isso não seria suficiente para compreender a natureza persistente da violência e os recursos à disposição ficariam limitados à

prescrição de medidas de punição e contenção para os agressores. Pior, ao seguir essa linha acaba-se por desconsiderar que os agressores possuam as condições necessárias para empreender uma transformação que os ajude a rever seu posicionamento diante de seus parceiros. No limite, acaba por estigmatizá-los e os desprovê da empatia por suas vítimas. Mas a experiência dos entrevistados demonstra que a realidade é bem diferente disso:

*“Porque a maioria dos homens que batem, eles não ficam bem depois. Eles se sentem muito mal.”* (Terapeuta 2)

*“Outra coisa que me ajuda também é poder entender que aquilo é um problema e que existe sofrimento das duas partes quando eles apresentam aquilo como um problema.”* (Terapeuta 4)

Desprovendo o agressor da empatia pela vítima, se torna fácil esvaziar a empatia por ele. Para um terapeuta isto pode ser fatal para o seu trabalho, como revela um dos trechos de sua entrevista:

*“Eu acho que é fundamental. Você tá trabalhando um casal, você tá equilibrado. Se você ficar pendente de um lado pro outro é hora de terminar. Você não pode fazer numa terapia em um casal em que você tá vendo mais um lado do que o outro.”* (Terapeuta 3)

## 4.2

### Fatores associados à emergência da violência

Os terapeutas entrevistados estabeleceram uma associação entre o uso excessivo de álcool ou drogas e as situações de violência no casal. Sobre esse ponto surgiram falas como:

*“Geralmente as brigas são de ciúmes ou álcool e a droga.”* (Terapeuta 1)

*“Eu atendia a mulher de alcoólatras. É muito comum. O alcoólatra tem um determinado momento em que ele começa a ficar agressivo com a mulher.”* (Terapeuta 2)

*“... muitas vezes uma coisa que acontece muito, a gente às vezes não pergunta, eu sempre pergunto é o uso do álcool. A gente tem uma sociedade muito medicamentalizada e muita alcoolizada. E a maioria das violências físicas acontece depois de um uso abusivo do álcool pelos dois.”* (Terapeuta 3)

A percepção por parte dos entrevistados sobre essa associação está de acordo com a proposta formulada por Ravazzola (2005) onde o uso excessivo de álcool e o exercício sistemático de violência podem ser enquadrados na categorização que ela chama de abuso. Ambas aludem a um estilo de conduta em que não se leva em consideração o cuidado consigo mesmo, com os outros e na relação com os objetos. Como consequência, com relativa frequência, se pode chegar ao ponto de causar danos a si mesmo e a terceiros.

Um dos terapeutas destacou a idéia de que o uso excessivo de álcool ou drogas nos casos de violência no casal agrava o quadro:

*“Mas ele agrava, e é uma coisa que a pessoa está sem controle, e uma das palavras chaves nestes atendimentos é um autocontrole, querer mudar, poder controlar um pouco a agressividades. E aí você tá muito fora de si e fica difícil, né? Ainda mais quando os dois usam.”* (Terapeuta 1)

Outro fator associado à emergência da violência, que foi muito citado pelos entrevistados, diz respeito ao papel que as famílias de origem de cada membro do casal possuem no desenrolar das situações da violência. A maioria dos terapeutas estabelece uma relação entre esses dois elementos como indicam os trechos a seguir:

*“Se você for pesquisar dentro da vida e da família de origem de cada uma dessas pessoas, você vai encontrar algumas explicações...”* (Terapeuta 1)

*“Mas eu tenho a teoria que você não casa com nenhum desconhecido, né? Um parece com alguém da família do outro. E às vezes parece... A gente casa com o nosso sonho e com nosso pesadelo. Enquanto aparece as coisas boas, muito bem. Mas às vezes parece... E aí eu tô tão acostumado com aquela violência, que aquilo é tão conhecido para mim. Alguém dizer que eu sou uma coisa horrorosa,*

*que eu não vou servir para nada, que eu na, na, na... Eu já estou acostumado. Porque a gente se acostuma com tudo. Infelizmente.”* (Terapeuta 3)

*“Eu entendo que a violência é sempre um fenômeno transgeracional.”* (Terapeuta 4)

Ravazzola (2005) também estabelece essa relação. Para a autora a convivência com pais que se descontrolam gera forte impacto nos filhos e estabelece um padrão de comportamento que faz com eles apresentem, ao longo de, se suas vidas uma tendência a exercer violência em situações de conflito e/ou a se tornarem excessivamente vulneráveis à problemática. Um dos entrevistados relata um caso que parece confirmar esse último ponto:

*“Tinha um rapaz que vinha, que era um adolescente. E que ele fazia uma dupla com a mãe contra o pai. E isso também fazia com que o pai ficasse mais agressivo com ela. Tinha várias coisas. E as coisas foram rodando tanto que no final o filho... Eles pararam de se agredir, mas o filho começou a dar uma porção de problemas. Engravidou uma menina, aí batia na menina e... A gente foi... Roubou. Esse menino fez um roubo, que a gente ficou sem saber o que fazer.”* (Terapeuta 1)

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Noos de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais e o Instituto Promundo em 2003, com homens de faixa etária entre 15 e 60 anos, foi confirmado o que alguns estudiosos chamam de “ciclo transgeracional de violência”. Nessa pesquisa foi constatado que homens que presenciaram violência de homens contra mulheres, em suas famílias de origem, e foram vítimas de abuso ou violência em casa, apresentam uma maior probabilidade de exercerem violência contra suas companheiras e filhos.

Para a maior parte dos terapeutas, a violência vivida na família de origem funcionaria como a argamassa que possibilita o encaixe das peças do jogo da violência no casal. Em outras palavras, servem como um referencial comum, que fornece ao casal uma sensação de complementaridade e pertencimento que reforça a relação e a violência. Isso pode ser identificado através das seguintes falas:

*“E depois ouvindo a história dele, ele também teve um abandono de um pai. A mãe foi morar com um homem e ele fala o tempo todo: ‘Ninguém me ouvia, ninguém me ouvia. Todo mundo só ouvia o meu irmão. Tudo que eu falava não fazia sentido na família.’ E aí a gente pode entender o que que acontecia. Porque ela não ouvia ele. Ele batia nela, porque ela não conseguia entender o que ele estava dizendo.”* (Terapeuta 1)

*“Ela realmente peitou o pai, arrumou um marido pra continuar brigando o tempo inteiro. Que era bem mais velho que ela, tinha toda essa questão, né? E ele, pra ele tinha esse modelo de pais brigando eternamente, né? E o pai fazia com ele o que ela fazia com ele.” (Terapeuta 2)*

*“Porque, porque as pessoas denunciam a outra e voltam a viver com a outra? Porque tem alguma coisa na história dela, entendeu? Que ela engancha naquela violência. Se ela não quisesse aquilo de maneira nenhuma, tá entendendo?” (Terapeuta 3)*

Um dos entrevistados sugere também que as experiências vividas no seio de uma família de origem onde ocorre violência ajudam a naturalizá-la:

*“O que cada casal traz da sua família de origem, às vezes... Se ele não vê, entendeu? Ele repete. E para ele aquilo não era violento, porque a família fica um pouco sacralizada, vamos dizer, né?” (Terapeuta 3)*

### 4.3

#### **A questão do enquadre terapêutico**

A partir das entrevistas, é possível inferir que o estabelecimento do enquadre terapêutico ganha relevância quando se trata de trabalhar com a violência. Questões como a quantidade de terapeutas envolvidos no tratamento, local de realização de atendimentos e a configuração do contrato terapêutico se tornam então fundamentais, já que ajudam a criar contextos onde conversas sobre a violência possam ser realizadas de forma segura.

Um terapeuta pode, obviamente, trabalhar sozinho sem maiores complicações, mas nos casais onde a violência ocorre de forma recorrente e intensa pode ser conveniente contar com mais pessoas que se ajudem mutuamente em momentos de descontrole dos pacientes:

*“E tem casos que acho que não dá para levar para o consultório, que a gente precisa de outras pessoas, equipe reflexiva, que são casos muito pesados...” (Terapeuta 1)*

Outra vantagem de se atender em co-terapia ou em equipe estaria relacionada ao natural enriquecimento, para o próprio processo terapêutico, quando se atende sob estas condições:

*“A experiência vivida da colega contou muito na hora. Porque ela ficava assim... Porque a gente conversava depois das sessões, óbvio. Então ela ficava assim: ‘Nossa vivi muito isso. Eu posso imaginar o que ela sentia. Nossa eu vejo como é que a minha mãe fazia isso pro meu pai ficar nervoso.’ Então ela ia falando um pouco da experiência dela e a gente ia conseguindo entender melhor o que tava acontecendo ali. Então foi muito interessante ter atendido com ela.” (Terapeuta 1)*

*“E a gente começou atender e aí a colega disse para mim: ‘Olha, se eu ficar paralisada, você, por favor, segue com a terapia.’ E foi uma coisa muito bacana porque tinha alguns momentos que ela me olhava, que eu sentia que ela ficava emocionada e eu conseguia levar. Agora, por outro lado, ela de aproximou muito da filha porque ela se identificou. E a menina às vezes telefonava para a gente no intervalo entre as sessões e a colega ficava sempre falando com ela porque teve uma identificação.” (Terapeuta 1)*

Porém, terapias feitas em parceria ou equipes são mais dispendiosas em termos econômicos:

*“No consultório a gente não consegue trabalhar com equipe reflexiva porque são muitos profissionais e fica impossível pra pagar isso. Isso é impagável.” (Terapeuta 1)*

As terapias realizadas por uma equipe são mais fáceis de acontecer em locais que, em geral, mantêm clínicas sociais que se caracterizam como espaço para a prática de profissionais em formação ou que desejam aprofundar os conhecimentos a respeito de um determinado tipo de problemática.

Em geral essas instituições têm o interesse de estabelecer parcerias, sobretudo com órgãos governamentais ligados à justiça, que possam suprir a demanda por casos. Por esta via, aportam nas instituições casais que são obrigados a se submeter a um tratamento. Pode-se questionar até que ponto é recomendável iniciar os atendimentos com pessoas que estão se tratando contra a própria vontade, mas há que se pensar que, do contrário, estes casais, muitos deles apresentando situação de risco, nunca chegariam a um consultório de psicologia.

Além disso, um ambiente como o de uma instituição apresenta características que podem desencorajar a emergência de agressões mais graves entre o casal, já que o espaço físico se encontra localizado em meio à presença de muitas pessoas circulando. Nesse ambiente também pode ocorrer que violência dirigida a equipe se torne mais difícil de acontecer, já que o vínculo é primordialmente estabelecido com a instituição e não com os profissionais.

Quando o terapeuta atende sozinho, a configuração do contrato terapêutico pode adquirir importância capital. Um dos profissionais considera fundamental incluir, no contrato, acordos que visem prevenir a ocorrência de violências que inviabilizem a realização das sessões:

*“Eu fico muito pisando em ovos para a violência não ocorrer aqui, né? Então eu estabeleço determinadas regras. Não pode dizer palavrão, Não pode se xingar. Não pode se tocar.” (Terapeuta 3)*

#### 4.4

#### **O problema da identificação dos diversos tipos de violência**

A identificação da queixa é fundamental para qualquer processo terapêutico. O trabalho da terapia se inicia a partir de sua formulação, mas nem sempre o paciente consegue defini-la com clareza. Por outro lado, ele não se interporá ao esforço do terapeuta, no sentido de compreender a razão ou as razões que o trouxeram para o seu consultório. Afinal de contas, não é por nada que ele procurou a ajuda deste tipo de profissional. Um dos terapeutas exprime essa idéia da seguinte forma:

*“Os casais quando chegam para a terapia... Primeira coisa, eles não tão... Eles estão esgotados em seus recursos. Nenhum casal que chega para a terapia ele vem aqui me contar que ele descobriu a fórmula da felicidade. Ele vem aqui porque se sente esgotado, não é?” (Terapeuta 3)*

Por outro lado, a maioria das pessoas mantém um entendimento polarizado sobre a dinâmica da violência. Isso exige, obviamente, uma clara separação entre o agente da violência e o sujeito que sofre o seu impacto. Para que isso aconteça é necessário que o ato violento seja inequivocamente diferenciado e tenha uma

materialidade que nem sempre é possível de ser encontrada. Pode ser difícil efetuar essa operação se levarmos em consideração a definição sobre violência proposta por um dos terapeutas:

*“Porque a violência é uma coisa que ela mina as relações e as pessoas não nomeiam como violência. Só a violência física é nomeada como violência e deu na cara do outro o casal é violento. Mas a violência ela é assim. Ela é silenciosa, entendeu?”* (Terapeuta 3)

Obviamente, o espectro de atos violentos inclui a agressão física, mas o repertório de atos dessa natureza é muito maior. Alguns terapeutas indicaram, ao longo de suas entrevistas, uma série de comportamentos que não são agressões físicas, mas que eles interpretam como violentos no âmbito dos casos atendidos:

*“É que eles brigavam muito. Na verdade, não tinham agressões físicas, mas era uma agressividade nas brigas muito forte, né? Com desqualificações, com... Era, na verdade, um mau trato que não é físico, mas é moral, digamos assim, né?”* (Terapeuta 2)

*“Um dos maus tratos dele era essa coisa assim de desaparecer”* (Terapeuta 2)

*“E na briga, quando eles brigavam, ele ficava dias e dias e dias sem falar com ela, esse é outro mau trato.”* (Terapeuta 2)

*“Porque ele ficava chateado, era outro mau trato também, aí ele não tinha relação sexual com ela. Ele como um homem de sessenta anos era mais fácil, mas ela como uma menina, uma moça de menos de quarenta, era uma forma de maltratar também, era uma outra forma.”* (Terapeuta 2)

*“Então o que eu vejo muito nos casais quando chegam sem violência física, mas como muita violência relacional. Que é essa falta do reconhecimento do outro.”* (Terapeuta 3)

*“O verbal, às vezes é tão violento!”* (Terapeuta 3)

*“É muito comum também a violência da indiferença no sexo. No casal”* (Terapeuta 3)

*“Mas o que aconteceu foi que de alguma forma o homem, o marido, ele tomou certas atitudes de uma violência imensa em relação a parceira se relacionando sexualmente com a sobrinha da parceira... Ele tinha um diário em que ele escrevia aventuras sexuais e deixava aquilo ali de certa forma disponível, disponível para a mulher.” (Terapeuta 4)*

Existem outros fatores que estão associados a esta dificuldade na identificação dos diversos tipos de violência. Ravazzola (2005), por exemplo, sugere que, quando a violência pode ser considerada um problema na relação afetiva, é possível que para algumas pessoas se torne difícil a sinalização de sua presença. Essas dificuldades seriam ligadas ao que a autora denominou de efeitos anestésicos, característicos dos sistemas autoritários como os das famílias onde ocorrem agressões frequentes. Estes efeitos resultam da utilização da violência como um instrumento de manutenção de uma estrutura rigidamente hierarquizada dentro da família. Denunciar a violência, muito provavelmente, colocará em evidência esta distribuição desproporcional de poder e as injustiças provocadas por ela. Aquele que se arrisca a colocá-la em questão pode ser tratado como um traidor. Preocupados com uma possível retaliação, os membros da família preferem mantê-la invisível e se resignar diante dos constantes sofrimentos.

Com o intuito de atenuar os desgastes provenientes das agressões sistemáticas, estas pessoas constroem, de forma não consciente, mecanismos de compensação que as tornam mais resilientes à violência. Um desses mecanismos é chamado por Ravazzola (2005) de vergonha alheia. Em termos gerais, trata-se do processo em que uma pessoa acaba se responsabilizando pelo outro, na expectativa de se preservar. Mulheres que são frequentemente atacadas por seus companheiros demonstram esse tipo de comportamento. É muito comum identificar, nos relatos das mesmas, conteúdos que expõem a ambigüidade com qual elas tratam a situação em que vivem, sobretudo quando descrevem os homens. Em geral, elas reconhecem a violência deles, mas tentam justificar suas atitudes e, no limite, assumem a culpa de terem sido agredidas.

Como agravante para o processo de identificação dos diversos tipos de violência, pode-se incluir o fato de a violência não ser um fenômeno que está sujeito a uma descrição objetiva e definitiva. Sobre este ponto, vale lembrar

Michaud (1989), que sugere que a definição da problemática é de natureza normativa, ou seja, os critérios que a caracterizam não são dados *a priori*, mas estabelecidos culturalmente e até individualmente. Sendo assim, não podemos identificar a sua ocorrência sem considerar o ponto de vista de quem a exerce e de quem está sob o seu efeito. Um dos entrevistados traz essa percepção, como demonstra o trecho a seguir:

*“Olha, violência para mim é alguma coisa que sempre implica uma atitude relacionada ao outro e uma atitude que é compreendida pelo outro como uma violência. Então eu tô falando de uma coisa extremamente relativa, e não específica, mas não dá para entender a violência de outra forma.”* (Terapeuta 4)

## 4.5

### Recursos disponíveis para o trabalho com violência

Como já descrito anteriormente, os casais usualmente apresentam dificuldades em identificar as diferentes manifestações de violência que ocorrem em suas relações.

Ravazzola (2005) considera que o escrutínio de suas diversas manifestações e de sua dinâmica nas relações familiares se torna uma tarefa capital para o processo de prevenção e tratamento da violência. Um dos entrevistados reconhece claramente a importância deste processo, como indicado abaixo:

*“Então você tinha ali uma violência latente muito grande e quando ela pode vir a tona, de alguma forma ela se diluiu. É curioso porque a gente tende a não estimular a violência, muito ao contrário. E acho que neste caso a gente também não estimulou a violência. A gente só disse que ela estava debaixo dos panos e, quando ela saiu de debaixo dos panos, acho que ela pôde ser trabalhada.”* (Terapeuta 4)

Alguns entrevistados disseram que expressam os sentimentos gerados pela violência que presenciam durante os atendimentos.

*“Por exemplo, uma coisa que eu faço muito é usar, usar o sentimento. Às vezes eu digo para os casais: ‘Gente, aqui, vou contar uma coisinha para vocês. Eu fico imaginando como é que os filhos de vocês ficam quando vocês discutem. Vocês acabaram de discutir aqui na minha frente e eu senti assim uma agonia, entendeu?’” (Terapeuta 3)*

Isso pode se mostrar uma poderosa ferramenta para a neutralização da violência. Pode-se constatar esse processo através da situação descrita abaixo:

*“Teve efeito porque, ele, na verdade, ele a vida inteira ele... A luta foi pelo reconhecimento desse pai e dessa mãe que não protegia ele. Então, eu reconheci, né? Que eu tinha me envolvido, né? Que eu não tava podendo ver ele, entender ele também porque ele tinha me chamado, tinha provocado coisas realmente profundas. ‘Isso faz tempo (risos)... Você puxou lá do fundo do baú essa... Você é bom nisso!’ Então eu, tudo brincando. Tudo sempre de forma assim. E aí ele aceitou. ‘Tá bem, mas você não tá me protegendo. Você não tá me vendo. Você tá vendo o lado dela.’ Então, isso que ajudou eu a colocar essa ressonância, até porque eu tinha que colocar o que tava batendo em mim.” (Terapeuta 2)*

Outra classe de recursos para a prevenção e tratamento da violência está relacionada às dificuldades de comunicação dos casais em situação de violência. Esse tipo de problema é muito comum em casais de forma geral, mas isto se torna particularmente problemático nos casos em que a violência acontece sistematicamente. O não escutar o outro, em outras palavras, o não reconhecimento do outro enquanto indivíduo, capaz de expressar opiniões próprias e pertinentes, pode ser também uma forma de violência, conforme propõe um dos terapeutas:

*“O que é violência? É eu não te ouvir. É eu não me explicar a ponto de você me entender. Então eu não te ouço, não te reconheço, né? E aí a gente começa num diálogo de surdos.” (Terapeuta 3)*

Alguns terapeutas pontuaram a presença desse tipo de bloqueio nos casos que eles atenderam:

*“O que a gente percebe nestes casais é que eles pouco ouvem um ao outro e a gente também.” (Terapeuta 1)*

*“Aí chegavam com uma questão que tinham brigado recentemente e era aquela questão assim: a sensação de que um não ouvia o outro. Não havia diálogo. Que eram monólogos, né?” (Terapeuta 2)*

Essa dificuldade de comunicação pode impedir que o processo terapêutico se faça pelo viés do debate fluído entre os pacientes e o terapeuta. Um dos entrevistados traz essa idéia embutida em uma das suas falas:

*“Sabe quando era briga, briga, briga? Eu falei: ‘Meu Deus, ninguém se ouve? Qual o recurso que eu vou usar? Eu vi que com conversa a gente não ia sair dali.’” (Terapeuta 2)*

Dentre as vantagens de se trabalhar com o grupo grande de pessoas, foi citada a possibilidade de utilização da Equipe Reflexiva, recurso desenvolvido pelo psiquiatra norueguês Tom Andersen, que consiste na realização de uma conversa entre membros de um grupo de terapeutas que observam o desenrolar de uma sessão de terapia atrás de um espelho unilateral e trocam entre si, sem a participação do casal e do terapeuta de campo, mas sob sua presença, suas impressões e sentimentos.

A proposta da Equipe Reflexiva, que é fundamentada pelo Construcionismo Social, parte da premissa de que cada indivíduo apresenta um diálogo interno sobre si e o mundo que o cerca e que, ao se entrar em contato com os diálogos internos das outras pessoas, o primeiro é significativamente ampliado.

Em relação aos casais que estão vivendo uma situação de violência, essa técnica não é só utilizada para atingir o efeito acima descrito, mas também para, digamos assim, disciplinar a escuta dos pacientes, como sugere um dos entrevistados:

*“Eu não tava no campo, mas a dupla que tava no campo quase não conseguia falar porque eles gritavam um com o outro e brigavam o tempo todo. Então era difícil até para falar certas coisas e a equipe reflexiva podia falar porque aí é um momento que as pessoas se calam para ouvir” (Terapeuta 1)*

No caso de co-terapia é possível utilizar uma variante deste recurso:

*“Então a gente faz no consultório uma equipe reflexiva entre a gente. E a gente tem que dizer: ‘Espera um pouquinho que agora a gente vai conversar e vocês vão ouvir’. E a gente se vira uma para outra e pode tá falando e aí eles param um pouco para ouvir.”* (Terapeuta 1)

Outro recurso que foi descrito pelos terapeutas entrevistados e que possui a mesma finalidade, é o de pedir para que um dos membros do casal fique atrás do espelho unidirecional, para ouvir a conversa entre o parceiro e o terapeuta de campo. Como complemento esta pessoa pode receber uma prancheta com papel para registrar as falas que ocorrem na outra sala:

*“A gente já fez uma vez uma coisa no (...) que tinha aquele espelho. Então a gente fez: um ficou conversando com uma terapeuta e o outro ficou na sala de espelho, do outro lado, ouvindo. E a gente pedia que ele escrevesse o que ele estava ouvindo o que ela estava falando.”* (Terapeuta 1)

Em geral, o que se vê é que as descrições realizadas apresentam distorções de toda a ordem, sobretudo porque na maioria das vezes estão carregadas da opinião pessoal de seus autores. A intenção é sublinhar as dificuldades de se escutar o outro:

*“A gente falava: ‘Não, não é para você dizer se tá certa ou está errada. É para dizer só o que você ouviu. É simples, você escreve o que está ouvindo.’ A gente não transcreve terapia? Ele não conseguia ouvir. A gente mostrou para ele: ‘Olha como você não escuta o que ela tá falando.’”* (Terapeuta 1)

A dificuldade na comunicação pode estar relacionada também a dificuldade dos membros do casal em se implicarem como co-autores na dinâmica da violência, como indica um dos terapeutas pela fala a seguir:

*“Então o que foi que a gente foi tentando mostrar é que talvez que se ela agisse diferente com ele no momento que ele chegasse em casa bêbado, talvez a coisa pudesse mudar. Mas isso demora, né? Até que a pessoa possa ver que tem uma colaboração. Porque sempre um culpa o outro o tempo todo, né?”* (Terapeuta 1)

*“Eles vêm às vezes muito querendo um juiz. Quem tá certo. Quem tá errado. Quem tem razão.”* (Terapeuta 3)

Essas mútuas acusações talvez sejam geradas, em parte, pelo as idéias formuladas por Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) que propõem que em relações contínuas e estáveis, como a de muitos casais, não há como selecionar o precursor de uma determinada sequência de comunicação, seja ela digital ou analógica.

Nestes casos, uma possibilidade de intervenção é a de pedir para cada membro do casal falar sempre a partir de seu ponto de vista:

*“É um exercício que eu faço. ‘Nós vamos falar cinco minutos. Cada um falando o pronome eu. Cinco minutos.’ Dificílimo. Entendeu? Porque é muito mais fácil eu ver o outro e isso é...”* (Terapeuta 3)

Em casais onde a violência é suficientemente intensa ao ponto deles não conseguirem se controlar, alguns terapeutas utilizaram o recurso de distanciamento físico, que pode ser aplicados às situações que ocorrem dentro do consultório:

*“Mas eles se agrediam quase dentro do consultório da gente. Era uma coisa assim muito impressionante. Eu tive que separar igual criança... Porque a senhora tava sentada num sofá do lado dele, ela deu um soco assim na perna dele.”* (Terapeuta 1)

Ou no cotidiano do casal:

*“... uns dois anos atrás veio um casal que tava nessa violência física mesmo há um tempo. E aí eu propus isso: ‘Olha tá muito difícil. Vocês têm filhos pequenos. Vocês não tão conseguindo se controlar. Você tão me contando aqui que já tentaram isso de várias vezes. Eu queria ter a capacidade de fazer um milagre aqui para vocês, mas não vai ter milagre. Então eu vou pedir assim.. Vocês tem um lugar para ir. Você pode ficar um tempo na casa ou dos seus pais ou... E aí a gente começa a terapia, mas vocês dão um distanciamento físico.’”* (Terapeuta 3)

Outra possibilidade é a de estabelecer códigos, através de determinados comportamentos, para avisar ao parceiro de uma iminente agressão. Funciona como um sinal de alarme e visa prevenir a efetivação de uma violência:

*“Vamos fazer um código. Eu vou na cozinha beber água. Eu entro no banheiro e fecho a porta. Eu pego uma revista. Me tranco no quarto do computador. E aquilo combinado, porque nós combinamos isso, não fica agressivo. Porque se você tá falando comigo... Porque muitas vezes o que que acontece? Eles começam a brigar, não é? Aí começa se irritar, aí ele vai tentar sozinho interromper aquilo. As vezes até o código é sair de casa e dar três voltas no quarteirão. Mas aí tá combinado que o outro tá fazendo aquilo individualmente em nosso nome, em nome do casal para interromper. E alguns conseguem.”* (Terapeuta 4)

Estes últimos dois recursos estão alinhados com as propostas feitas por Méndez (1995). A autora acredita que os mesmos devam ser acionados quando os terapeutas avaliam que mecanismos mais diretos de prevenção e controle da violência devam ser construídos junto com os pacientes. Ela dispensa especial atenção ao estabelecimento de códigos que visam indicar aos membros do casal uma escalada dos níveis de tensão que possam levar a novas agressões, pois afirma que esse é um recurso poderoso e muito eficaz.

O critério para sua utilização, portanto, passa pelo grau de dificuldade de se conter diante do outro. Isto é muito importante, pois a adoção de estratégias como essas podem gerar um alto grau de rejeição por parte do casal, podendo causar excessivo desgaste na relação que eles estabelecem com o terapeuta e a terapia, como demonstra uma situação vivida por um dos terapeutas, quando sugeriu o distanciamento físico do casal:

*“Ele ficou muito aborrecido. Eles ficaram muito aborrecidos porque eu propus isso, mas eles tinham filhos pequenos e eles não conseguiam se controlar nem na presença dos filhos. Quero dizer, não era uma briga que era dentro do quarto. Aí eles disseram: ‘Ah! imaginei que eu viria numa terapeuta de casal para a gente se entender.’ Eu digo: ‘Gente! É só por um tempo. Eu não tô... Não! A gente veio aqui para fazer terapia...’ Enfim, foram embora.”* (Terapeuta 3)

Outro recurso, para lidar com as dificuldades em se estabelecer um controle da violência por parte do casal, foi sugerido por outro entrevistado,

apesar de não o ter utilizado. Sua proposta é que, para determinados casos, sejam realizados atendimentos individuais para cada um de seus membros, durante um período de tempo. A partir do relato sobre um caso mal sucedido, ele faz a seguinte reflexão acerca dessa sugestão:

*“Olha, pensando em termos de intervenção a gente não deveria ter permanecido atendendo este casal juntos. A gente deveria ter separados eles antes porque não tava sendo possível eles dois estarem juntos ali naquele espaço. Então eu acho que a gente teve sinais disso antes e acho que a gente não respeitou estes sinais. A gente insistiu numa coisa que a gente tinha idéia que podia não dar certo. Acho que se a gente tivesse permanecido atendendo eles durante mais um tempo separadamente talvez fosse possível.”* (Terapeuta 4)

Este recurso se justificaria já que:

*“Em geral esta carga ela tá direcionada. Direcionada para o parceiro e eu acho que insistir em atender juntos, em determinadas situações, neste caso pode ser até certo ponto confrontar isso. Possibilitar talvez que esta carga até aumente. E aí, quando a gente recebe os parceiros separadamente, eu acho que a gente pode ter ali um certo momento de esvaziar um pouco o pote, de relativizar um pouquinho as questões, de tentar junto com um e depois junto com o outro... Entender um pouquinho as atitudes e tudo mais. E aí acho que pensando nesse caso que eu atendi e pensando em outras situações, o momento de retornar a atender o casal eu acho que tem que ser muito bem avaliado, muito bem avaliado. Eu acho que a gente não precisa ter pressa para fazer isso. E para mim eu não tenho dúvida de que é possível atender um casal atendendo individualmente cada um de seus parceiros. Acho que para as situações de violência isso é marcante. É como se a gente tirasse ali, de certa forma, o alvo da agressão para poder diluir um pouco esse nível de agressividade que eu falei.”* (Terapeuta 4)

Outra linha de ação passa pela utilização do Genograma, que é um recurso freqüentemente utilizado em terapia de família e casal e consiste na representação gráfica da estrutura e das relações da família de origem de cada membro do casal.

Os terapeutas entrevistados que lançam mão desse instrumento durante os atendimentos, consideram-no muito valioso, pois através dele se faz possível estabelecer uma relação entre a situação de violência, vivida pelo casal, com as

situações de violências que eles viveram em suas famílias de origem. Alguns entrevistados expressam essa idéia quando dizem:

*“Então é muito importante pra a gente, quando a gente consegue trabalhar com Genograma. E aí a gente fica várias sessões trabalhando o Genograma porque eles mesmos conseguem ver: ‘Nossa que coisa!’”* (Terapeuta 1)

*“E aí recursos como Genograma e tudo mais eu acho que ajudam pra pensar sobre isso.”* (Terapeuta 4)

Essa ferramenta também pode ser utilizada visando investigar como temas transversais influenciaram os pacientes ao longo de suas vidas:

*“... Aí, eu achei muito interessante aquilo, aí eu usei o Genograma para poder trabalhar essa questão do gênero na família.”* (Terapeuta 3)

O humor também foi citado como um recurso interessante de ser utilizado durante as sessões por parte dos profissionais. Ele ajudaria a reduzir a tensão do ambiente e, por conseguinte, tornar o diálogo mais fluído, como indica os trechos das entrevistas descritos abaixo:

*“Aí eu comecei a fazer conotações positivas, comecei a trabalhar essa questão com humor, né? Porque não havia humor, era uma coisa muito árdua.”* (Terapeuta 2)

*“Eu uso muito o humor, né? Pra... Porque eu acho que o humor é um tempero ótimo para gente falar seriamente, mas levemente de algumas coisas. ‘Vocês já pensaram... Vocês ficam aqui, se embolam aqui. Como é que eu vou ficar no meio disso?’”* (Terapeuta 3)

Também foi utilizado por um dos terapeutas técnicas provindas do Psicodrama. Nesse caso, elas serviram para teatralizar as cenas de violência, com o objetivo de alavancar aspectos saudáveis das pessoas envolvidas em situação de violência e refrear os impulsos que podem gerar comportamentos agressivos:

*“Eu usei o recurso da dramatização. Era uma situação em que eles tinham brigado e eu compreendi perfeitamente ela e ele, só que eles eram assim: Era um Chinês e um Húngaro conversando. Não tinha possibilidade de entendimento. E eu queria que um conseguisse sentir o que o outro estava sentindo, que era o que eu estava sentindo... Eu só falei isso assim: ‘Então eu vou ser você e eu vou colocar tudo o que você estava sentindo na hora.’ E aí ela falou o que ela tinha falado e tal e aí eu falei com o sentimento dele, porém de outra forma. E aí ela na mesma hora parou e falou assim: ‘Ah! Se ele tivesse reagido assim eu jamais teria falado isso. Eu teria entendido isso.’ E aí, a partir dessa sessão, houve uma transformação.” (Terapeuta 2)*

Tom Andersen, o criador da Equipe Reflexiva, por ocasião de uma conferência que proferiu no Rio de Janeiro em abril de 2000, contou que utilizou método semelhante com, objetivos muito parecidos, em um atendimento de um caso em que havia presença de violência na relação de um casal. Ele também pediu que o casal representasse uma cena de agressão entre eles, na verdade, uma situação em que o homem agredia sua companheira com um soco. No momento da agressão, Andersen pediu para que a cena fosse paralisada e pediu a este último que relatasse o que a mão que atingiria a mulher diria nesse momento, caso pudesse falar. O paciente respondeu que ela o estaria incentivando a continuar com a agressão. Então Andersen perguntou o que diria a mão que estava parada, e o paciente respondeu que ela estaria estimulando-o a se conter.

Por fim, alguns terapeutas revelaram dificuldades pessoais no trato com a violência que provocaram paralisia e impediram que exercessem a sua função de forma adequada:

*“Tinha uma sensação de impotência da gente diante deste caso, que a gente não conseguia sair. Porque tinha várias pessoas atendendo. Nem quem tava no campo conseguia falar e nem quem tava na equipe reflexiva, porque a gente se chocava. Tinha uma questão nossa.” (Terapeuta 1)*

*“Então aquilo, realmente foi demais pra minha questão de gênero (risos). Aí, eu comecei a ficar... Quero dizer, eu nem sei o que que eu falei na hora. ‘Não, você realmente quer...’ Alguma coisa que eu falei nesse estilo, que queria que ela colocasse uma burca. Sei lá o que eu falei! Que aí eu senti que aquilo bateu na minha... No meu emocional. E aí quando ele falou que eu tava defendendo ela e não tava vendo o lado dele, e não sei que...” (Terapeuta 2)*

Para prevenir que dificuldades como essas emirjam, uma das terapeutas descreveu alguns recursos que estão especificamente voltados para a elaboração pessoal dos atendimentos já realizados:

*“Por exemplo, quando eu falo para você que eu saio impactada, a gente tem uma pós-sessão, onde a gente tem um espaço para falar disso. Então isso aí a gente faz assim... É regra mesmo. Aí a gente tem o nosso controle. Quem vai falar primeiro é quem tava no campo. Que fica todo mundo querendo falar. Que fica todo mundo impact... Então como é que você se sentiu? Aí você às vezes chora...”* (Terapeuta 1)

Esses recursos estariam alinhados com a proposta de Aron e Llanos (2004), que ressalta a criação de espaços de distensão que possam promover o que os autores chamam de oxigenação. Isso ajudaria a neutralizar os efeitos corrosivos que os atendimentos de violência podem provocar nos profissionais e nas equipes.

## Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo investigar se a terapia de casal possui algum papel a desempenhar no tratamento e na prevenção da violência quando ela ocorre de forma recorrente no casal. Para isso foram entrevistados quatro psicólogos, terapeutas de família e casal, formados por quatro diferentes instituições de especialização nessa área, que atenderam casais em situação de violência em seus consultórios particulares e/ou em instituições na cidade do Rio de Janeiro.

A partir das entrevistas emergiram cinco categorias de análise: Compreensão sobre a dinâmica da violência; Fatores associados à emergência da violência; A questão do enquadre terapêutico; O problema de identificação dos diversos tipos de violência; Recursos disponíveis para o trabalho com violência.

Todos os terapeutas entrevistados apresentaram uma concepção acerca da violência que transcende uma compreensão maniqueísta sobre a sua dinâmica, compreensão essa que procura sempre identificar o agressor e a vítima para, em seguida, priorizar a responsabilização do autor por seus atos violentos.

Ao tratarem casais em situação de violência, os profissionais entrevistados preferiram adotar, como sugere Méndez (1995), um pensamento que possibilita compreender a problemática como um quebra-cabeça em que cada membro do casal contribui com algumas peças para formar a figura. Este pensamento é derivado da perspectiva sistêmica, que traça um paralelo entre a maneira como os diversos grupamentos humanos interagem e se comportam com o funcionamento dos sistemas de compostos químicos. Dessa forma o casal é considerado um sistema, que apresenta um funcionamento idiossincrático a partir da interação entre seus membros. A violência surgiria então como um produto da reação resultante desta interação.

As entrevistas revelaram que a maioria dos terapeutas estabelece uma associação estreita entre a história dos membros do casal em sua família de origem com as situações de violência vivida por eles no âmbito de suas relações íntimas. A convivência nessas famílias, onde a violência já se fazia presente,

estabeleceu as condições emocionais que facilitam o enredamento em circuitos mutuamente alimentados de violência, o que se configuraria como mais uma das peças do quebra-cabeça que cada membro do casal traria como contribuição para manutenção da problemática.

Os terapeutas também apontaram as dificuldades em se identificar os diversos tipos de violência. Esta constatação está de acordo com a percepção de Ravazzola (2005) sobre as famílias onde ocorrem abusos de toda ordem. Nesses contextos todos os membros da família sofrem o que a autora denominou de efeitos anestésicos, que coíbe a autonomia de pensamento e manifestações de revolta.

É crucial, segundo a percepção dos profissionais, o estabelecimento de um enquadre terapêutico que vise à construção de um contexto onde a violência não seja reproduzida durante o tratamento. O espaço onde as consultas serão realizadas, a quantidade de terapeutas envolvidos e o contrato terapêutico são elementos fundamentais nesse processo. Eles deverão ser definidos e articulados entre si, de forma a facilitar o diagnóstico da violência, a identificação dos diferentes tipos de violência, da co-responsabilidade por sua manutenção e dos temas que não são debatidos por conta de sua interferência e que se encontram no cerne do conflito no casal.

Entre os recursos complementares à disposição dos terapeutas, a utilização do Genograma se destacou. A aplicação deste instrumento possibilita aos membros do casal reconhecer padrões de condutas que foram herdados de sua convivência com genitores que, por sua vez, já reproduziam comportamentos violentos em suas relações familiares. Este processo é visto pelos profissionais entrevistados como essencial para o tratamento.

Três temas relacionados ao tratamento de casais em situação de violência não puderam ser aprofundados nas entrevistas e requerem uma nova investigação:

As questões de natureza ética suscitadas pelo trabalho com violência. O terapeuta pode, por exemplo, se ver às voltas com o dilema de romper ou não com o compromisso de sigilo terapêutico, pois avalia que, a rigor, seria importante denunciar aos órgãos competentes, o membro do casal que representa uma real ameaça à segurança do companheiro.

O impacto que o trabalho com a violência causa nos profissionais. O sucesso do tratamento pode estar vinculado à capacidade de os terapeutas expressarem o mal-estar causado pelas agressões descritas ou manifestadas pelo casal durante os atendimentos. Isso deveria incitá-los a refletir sobre sua postura diante da violência.

Por fim, como os terapeutas classificam os diferentes tipos de relações violentas e qual a influência que esta classificação exerce sobre o manejo dos casos.

Quanto as limitações da terapia em conjunto para o tratamento de casais em situação de violência, se pode afirmar que essas não se referem as propriedades do dispositivo propriamente dito. Determinados casos, aqueles em que a violência se manifesta de forma aguda, podem exigir que os atendimentos sejam realizados por mais de um profissional e, até mesmo, dentro de uma instituição. Isto poderia inviabilizar o tratamento por razões econômicas ou de indisponibilidade de outros espaços que não os dos consultórios particulares.

No mais, o que se percebe através das entrevistas, é que os terapeutas consideram a terapia de casal apropriada, mais do que isso, um importante recurso no tratamento e na prevenção da violência quando ela ocorre de forma recorrente no casal.

## Referências Bibliográficas

ACOSTA, F.; ANDRADE, A. F.; BRONZ, A. **Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

ACOSTA, F.; BARKER, G. **Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2003.

ARAÚJO, F. A difícil arte da convivência conjugal: a dialética do amor e da violência. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio. 2009.

ARÓN, M. A.; LLANOS, M. T. Cuidar a los que cuidam: desgaste profesional y cuidado de los equipos que trabajan com violência. **Sistemas Familiares**, vol. 20 (1-2). 2004. p. 5 – 15.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2008.

DEMOS, J. **The changing family: making way for tomorrow**. [S.l.:s.n.], 1978.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio. 2009.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GOLDNER, V et al. Love and violence: gender paradoxes in volatile attachments. **Family Process**, vol. 29(4). 1990. p. 343 – 363.

GOUCH, K. A origem da família. In: LÉVI-STRAUSS, C.; GOUCH, K.; SPIRO, M. **A família, origem e evolução**. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980.

HEKMAN, S. J. **Hermenêutica e sociologia do conhecimento**. Lisboa: Edições 70. 1990. p. 19 – 29.

HIRIGOYEN, M. F. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Barsil, 2006.

JOHNSON, M. P.; FERRARO, K. J. Research on domestic violence in the 1990s: making distinctions. **Journal of Marriage and the Family**, vol. 62, n. 4. 2000. p. 948 – 959.

KALINA, E.; PEREL, M. **Violências: enfoque circular**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1987.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: LÉVI-STRAUSS, C.; GOUCH, K.; SPIRO, M. **A família, origem e evolução**. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980.

MARCONDES, D. **Filosofia, linguagem, comunicação**. São Paulo: Cortez. 1992. p. 127 – 136.

MATURANA, H. et al. **Violência em sus distintos âmbitos de expresión**. Santiago do Chile: Dólmén, 1995.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

OLIVEIRA, L. C. O. **Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

OLSON, M. E. “*Conversacion*” y “*texto*”: dos lenguajes para uma perspectiva de *La terapia que sea sensible al género*. In: MARCELO, P. (org.). **Construcciones de La experiencia humana**. Barcelona: Editorial Gedisa. 1996.

RAVAZZOLA, M. C. **Historias Infames: los maltratos em las relaciones**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

SOCCI, V. **Elaboração e Validação de uma Escala de Atitude em Relação ao Sexo**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. **Pragmática da comunicação humana: Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da Interação**. São Paulo: Cultrix, 1981.

ZUMA, C. **A Violência no âmbito das famílias: identificando práticas sociais de prevenção**. Rio de Janeiro, RJ [s. n.], 2004. 40 p.

## Anexos

### Anexo I

#### Roteiro para as entrevistas

##### ANTES DA ENTREVISTA

- A) Antes de tudo o entrevistado receberá uma explicação sobre o projeto de dissertação de mestrado que motivou a realização da entrevista;
- B) Em seguida será realizado um breve esclarecimento sobre como a entrevista será registrada (gravação) e a política de sigilo da pesquisa (não é necessário dizer o nome das pessoas durante a entrevista);
- C) Por último, será ressaltado que o trabalho não visa avaliar o desempenho dos Terapeutas nos atendimentos dos casos;
- D) Antes do início da entrevista o Terapeuta deverá assinar o termo de consentimento livre e esclarecido.

##### QUESTÕES

- Você poderia falar um pouco sobre sua formação como Terapeuta de Casal?
- Como você compreende a emergência da violência nos casos atendidos?
- Qual o caminho que você seguiu nos tratamentos e quais os resultados que você buscou alcançar? Como foi o desfecho dos casos?
- Quais referências teóricas foram importantes para você realizar os atendimentos?
- Você sentiu alguma dificuldade pessoal em atender estes casos?
- Caso positivo, como você lidou com estas dificuldades?

## Anexo II

### Termo de consentimento livre e esclarecido

**Instituição:** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**Título da pesquisa:** Terapia de casal e violência entre parceiros íntimos: questões teórico-técnicas.

**Pesquisador:** Alan Bronz

**Orientadora:** Professora Terezinha Féres-Carneiro

Com esta pesquisa pretendemos conhecer melhor as formas pelas quais os terapeutas de casal lidam com as situações de violência, entre parceiros íntimos, na prática clínica, procurando compreender os desafios e limitações impostos por tais situações.

A pesquisa é realizada a partir de uma entrevista gravada e, posteriormente, transcrita, permanecendo sob a responsabilidade do pesquisador todo e qualquer dado de identificação. Todas as informações têm caráter confidencial, portanto sua identidade será mantida em sigilo.

Sua participação é voluntária, estando livre para interromper a entrevista quando desejar; fazer as perguntas que julgar necessárias; recusar-se a responder perguntas ou falar de assuntos que lhe possam causar qualquer tipo de constrangimento.

Com sua adesão, você estará contribuindo para conhecermos mais sobre a prática clínica com casais.

Assinando este formulário de consentimento, você estará autorizando o pesquisador a utilizar, em ensino, pesquisa e publicação, as informações prestadas na entrevista, sendo sua identidade preservada em quaisquer destas situações.

Eu,

\_\_\_\_\_, fui

informado (a) sobre o estudo acima referido e compreendi seus objetivos. Tive a oportunidade de fazer perguntas e de ter as minhas dúvidas esclarecidas. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, o que indica meu consentimento para participar desta pesquisa.

---

Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Rio de Janeiro, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_